



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 19 DE FEVEREIRO DE 2026

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 59 minutos.

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do [artigo 224.º-A](#) do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro), tendo usado da palavra, a diverso título, além do Primeiro-Ministro, os Deputados [André Ventura](#)

(CH), [José Luís Carneiro](#) (PS), [Mariana Leitão](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) e [Hugo Soares](#) (PSD).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 31 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, muito boa tarde, está aberta a sessão.

Eram 14 horas e 59 minutos.

Os Srs. Agentes da autoridade podem abrir as galerias, por favor.

Pausa.

Cumprimento o Sr. Primeiro-Ministro e os restantes Membros do Governo.

Pausa.

Pedia ao Sr. Secretário da Mesa o favor de ler o expediente.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, dou nota à Câmara de que já se encontram disponíveis, no portal da Assembleia, as iniciativas que deram entrada na Mesa, desde a última sessão.

O Sr. **Presidente**: — Começarei a sessão tão prontamente quanto os Srs. Deputados estiverem todos devidamente instalados.

Pausa.

Muito bem, então, para sermos também exemplares quanto ao horário da sessão, parece que já estão reunidas as condições, pelo que vou dar a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro para a sua intervenção inicial, dispondo de 10 minutos para o efeito.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Luís Montenegro): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal foi atingido, durante duas semanas e meia, por uma sucessão de eventos meteorológicos extremos e sem precedente, um conjunto de tempestades intensas com um grau de destruição ímpar na nossa memória coletiva. Quero reiterar o nosso profundo pesar e solidariedade com as famílias das vítimas. A nossa solidariedade estende-se a todos os portugueses que foram afetados. Todos estiveram e estão no nosso pensamento e, sobretudo, na nossa ação.

Além da nossa empatia e solidariedade, recai sobre o Governo a responsabilidade de resolver os problemas das pessoas e recuperar o País. Com rapidez, com eficácia, com resultados que façam a diferença na vida de quem foi afetado.

Srs. Deputados, desde a primeira hora, coordenámos, comunicámos, decidimos e estivemos no terreno.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mobilizámos todos os recursos para responder às muitas e urgentes necessidades dos portugueses.

No apoio de emergência, realço o trabalho humanitário de desobstrução de vias rodoviárias e ferroviárias, de gestão de barragens e caudais de rios, de retoma do abastecimento de energia, água e comunicações. Apesar de mais de 5000 km de linhas elétricas afetadas, o fornecimento de energia foi repostado, em alguns dias, a mais de 1 milhão de utilizadores.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Persistem, é verdade, 9000 utilizadores — 6500 dos quais na zona atingida pela depressão *Kristin* — com situações mais complexas. Compreendemos a frustração e continuaremos a tudo fazer para responder o mais rápido possível a esta e a outras situações críticas que estão ainda por resolver.

Não vamos deixar ninguém para trás. Não descansaremos enquanto compatriotas nossos estiverem sem telhado, sem acesso a eletricidade, água ou comunicações.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A resposta do Estado mobiliza diariamente mais de 40 000 operacionais da proteção civil, bombeiros, autarquias, forças de segurança, Forças Armadas, serviços de saúde, florestais, ambientais, da educação, da segurança social, entre muitas outras áreas. Em colaboração com os operadores privados na área da energia e das telecomunicações, tem-se feito tudo para responder às necessidades dos portugueses mais afetados.

Quero aqui, de forma muito clara, e enfática mesmo, fazer o reconhecimento público e demonstrar gratidão a todos estes portugueses que estão a ajudar aqueles que estão a passar por maiores dificuldades.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, um desafio excecional exigiu medidas excecionais. Nos primeiros oito dias, realizámos três Conselhos de Ministros para tomar decisões de apoio de emergência, de recuperação e de reconstrução. Perante a situação de calamidade, adotámos medidas sem precedente na celeridade, no impacto e na abrangência.

Um pacote global de apoio, que no início ascendia a cerca de 2500 milhões de euros e atualmente já está em 3500 milhões, com medidas sobretudo focadas nas pessoas e nas empresas, e cujos primeiros pagamentos começaram 15 dias depois da primeira tempestade.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Apoio rápido à reconstrução de casas até 10 000 €, ao qual já recorreram 14 491 pessoas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Apoio de urgência a quem perdeu o rendimento, até 12 900 € por ano, ao qual já recorreram 3662 pessoas.

Uma linha de crédito para reconstrução e tesouraria das empresas, num montante de 2 mil milhões de euros, já com 4697 candidaturas, representando mais de mil milhões de euros canalizados por estas duas linhas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Apoio a agricultores, já com 6131 candidaturas, representando mais de 384 milhões de euros.

Apoio ao emprego, incluindo isenção de contribuições sociais, com 5213 pedidos.

Apoio extraordinário à manutenção do emprego, que abrange 1922 trabalhadores, e regime simplificado de *lay-off*, com 163 pedidos, correspondentes a 1385 trabalhadores.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Uma moratória para empréstimos às empresas e ao crédito à habitação própria e permanente.

Moratória de obrigações fiscais até 30 de abril.

Um total de 650 milhões de euros para as recuperações mais urgentes, seja em infraestruturas públicas, seja em infraestruturas da administração central e da administração local. Estamos a falar de 400 milhões para estradas e ferrovia e 250 milhões de euros para as autarquias, com prioridade e destaque para a recuperação das escolas.

Temos 20 milhões para a recuperação do património cultural e a isenção de portagens, que esteve em vigor nas zonas mais afetadas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Estabelecemos um regime excecional de urgência para acelerar processos e decisões no licenciamento, na contratação pública, nas regras orçamentais e financeiras e na limpeza florestal.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nunca o País cortou tanto em burocracia.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Para garantir rapidez, trocámos o controlo administrativo prévio pela verificação *a posteriori*, tentando conciliar confiança com responsabilização.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Para coordenar o esforço de recuperação na região Centro, criámos e está no terreno, desde o quinto dia após a tempestade, uma estrutura de missão.

Para os apoios chegarem mais rápido a quem precisa, e com essa rapidez poderem efetivamente entrar no perímetro da vida das pessoas, lançámos uma plataforma digital; e para ajudar as pessoas, precisamente, a aceder a essa plataforma, mobilizámos 275 Espaços Cidadão e 12 viaturas com serviço móvel nas zonas mais afetadas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Reforçámos a fiscalização da ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica) para prevenir aumentos especulativos dos preços da construção.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

E no plano europeu estivemos desde a primeira hora em contacto com a Comissão Europeia para podermos acelerar o acesso a fundos europeus adequados. Já contámos, como é público, com a presença em Portugal dos Comissários da Energia e da Agricultura.

Em suma, o Estado nunca faz tudo de forma perfeita, mas a verdade é que nunca respondeu com esta rapidez e eficácia perante uma catástrofe.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A comparação com situações semelhantes, quer em Portugal quer no estrangeiro, é capaz de o evidenciar.

E tudo isto sem esquecer as responsabilidades cimeiras e inalienáveis das companhias de seguros a quem temos pedido também celeridade e responsabilização.

Srs. Deputados, à catástrofe inicial da região Centro seguiram-se também impactos mais alargados um pouco por todo o País. E por isso impõe-se uma recuperação longa, exigente, que não deve significar mera reparação.

Para concretizar este desígnio, o Conselho de Ministros aprovará amanhã as linhas gerais do PTRR (Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência), que assentará em três pilares: recuperação centrada nas populações e empresas afetadas; resiliência para preparar Portugal para a ocorrência futura de fenómenos extremos, centrada nas infraestruturas e na capacidade de planeamento, prevenção e adaptação, incluindo nos

planos hídrico, florestal, sísmico, energético, comunicacional e de cibersegurança, que possa abranger também a reforma do INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica), da proteção civil...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, bem falta faz!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e da segurança das infraestruturas críticas; e transformação, para proceder à integração do processo reformista que está em curso no País nestes objetivos de resiliência e recuperação.

Não podemos perder mais tempo e por isso também quero, desde já, dizer que começaremos, já na próxima semana, a alargar o pensamento e o aprofundamento destes objetivos, integrando, desde logo, a participação dos Srs. Deputados, dos vossos partidos, do Sr. Presidente da República e do Sr. Presidente da República eleito, dos parceiros sociais, dos governos regionais e autárquicos, da academia e da sociedade em geral. Queremos que todos colaborem neste esforço de termos um programa que dê, de facto, a Portugal mais capacidade e mais resiliência. Estamos todos convocados.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Todos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E este desafio coletivo creio que representa uma responsabilidade partilhada. E coincide, de resto, com uma nova fase do ciclo político, com um horizonte de três anos e meio sem eleições nacionais e com o novo Presidente da República empossado.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O PTRR não esgota nem substitui o Programa do Governo. Ambos exigem o nosso foco e o nosso empenho totais,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E o SIRESP (Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal)? Fala do SIRESP?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... com um diálogo que seja leal e que seja frontal. Isso será defendermos, neste momento crítico, o interesse de Portugal. Vamos fazê-lo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Longe vai o tempo em que batiam palmas de pé!

O Sr. **Presidente**: — Para o primeiro conjunto de perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro, dou a palavra ao Sr. Deputado André Ventura, do Chega. Faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, cumprimento-o a si e aos membros do seu Governo.

Sr. Primeiro-Ministro, acho que é justo, a este momento, dizermos que falhou redondamente na gestão desta crise, em que se esperava, pelo menos, que tivéssemos um Governo capaz de responder às necessidades mais urgentes das pessoas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Pelo menos respondeu!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nesses dias, Sr. Primeiro-Ministro, estive o Sr. Ministro da Coesão na televisão a dizer para as pessoas usarem o salário do mês anterior para gerirem os seus problemas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

Protestos da Deputada do PSD Isaura Morais.

O Sr. **André Ventura** (CH): — A dizer para usarem o salário do mês anterior àquele em que tinham sido afetadas pelas tempestades e pela crise, para reduzir e para resolverem os problemas.

No meio disto, nomearam para as energias um enfermeiro que nunca deve ter ouvido falar de energia, e ainda nomearam para chefe do Governo ou de Gabinete um estagiário — vindo de estagiário diretamente — que acontece ser irmão do seu chefe de Gabinete.

Protestos da Deputada do PSD Isaura Morais.

Era com isto que estava preocupado enquanto o País sofria às mãos da tempestade.

Protestos do PSD.

Vozes do CH: — Chiu!

Vozes do PSD: — Não é verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Era com isto que estava preocupado enquanto o País caía, desfalecia, nalguns casos perdia mesmo a vida e noutros perdia tudo nestas circunstâncias.

Vozes do PSD: — Não é verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Como se não bastasse, Sr. Primeiro-Ministro, apesar de esta bancada, três semanas antes, lhe ter dito que a Sr.^a Ministra da Administração Interna não tinha nenhuma condições para continuar no cargo, insisti em mantê-la no cargo. Pois que a tempestade, as várias tempestades chegaram. E da Sr.^a Ministra tivemos expressões como estas: «Não sei o que se passa»; «não sei o que é isso, mas temos de fazer uma aprendizagem coletiva», «o que é isso do Plano Nacional de Proteção Civil?», «temos de pensar e ver o que aconteceu.»

Sr. Primeiro-Ministro, já não é só a incompetência da Ministra da Administração Interna, que já não está aqui. É a sua incompetência na gestão deste problema. É a sua incompetência.

Aplausos do CH.

Por isso, gostava de começar esta ronda de perguntas questionando-o precisamente sobre o Ministério da Administração Interna. É que já sabemos que não conseguiu tirá-la a tempo, mas, então, que consiga pelo menos nomear a tempo, porque senão, Sr. Primeiro-Ministro, dá-nos a ideia, a todos, não só de descoordenação do Ministério da Administração Interna, como de descoordenação do Governo e, francamente, da sua própria desorientação.

Por isso, quero-lhe perguntar aqui, hoje, no Parlamento, que é o órgão ao qual o Governo responde: já tem ou não Ministro da Administração Interna?

Aplausos do CH.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Tem, tem!

O Sr. **Presidente:** — Sr. Primeiro-Ministro, se faz favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, o Sr. Deputado, à sua boa maneira,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Boa maneira?! À sua!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... atira um fogacho para o ar e depois desvia a sua atenção para tudo, menos para a concretização do fogacho.

Risos de Deputados do PSD.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não dava na Sport TV!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado André Ventura disse que o Governo falhou, depois discorreu sobre tudo e mais alguma coisa, mas não disse concretamente onde é que o Governo falhou.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Acho que quem falhou foi o Sr. Deputado, porque não foi capaz de dizer que, perante uma ocorrência cujos contornos não eram completamente antecipáveis,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bom, não é verdade, não é bem um apagão!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... a Proteção Civil acionou todos os seus instrumentos para estar em prontidão com os sistemas locais e os autarcas em particular, para poder acorrer às situações de emergência na primeira oportunidade, na primeira hora após o evento.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

Protestos dos Deputados do CH Pedro dos Santos Frazão e Rita Matias.

O Sr. **Presidente**: — O Governo esteve em prontidão máxima desde as oito e meia da manhã do dia 28 de janeiro de 2026,...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

... acionando a sua célula de crise e comunicando ao País, pela minha voz, logo às nove e meia da manhã. À tarde, estive na Proteção Civil e, ainda nesse dia, três secretários de Estado estiveram no território. No dia seguinte, fizemos uma reunião do Conselho de Ministros, tomámos as primeiras medidas para poder reparar a situação e eu próprio fui para o território mais atingido.

Sr. Deputado André Ventura, queira V. Ex^a, portanto, dizer onde é que falhou o Governo nesta prontidão e nesta capacidade de resposta.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Onde é que acertaram?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pergunte aos portugueses, os portugueses sabem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Essa era a questão que se colocava, para materializar o seu fogacho.

O Sr. Deputado André Ventura preocupou-se com questões de nomeações, que são importantes, não digo que não tenham de ser escrutinadas — aliás, essas como também aquelas que o Chega vai fazendo, e vamos sabendo de muitas,...

Vozes do PSD: — Ora!...

Aplausos do PSD.

... e vamos sabendo de muitas; à medida que crescem as responsabilidades políticas do Chega, também crescem as dúvidas sobre essa capacidade de recrutamento. Mas não vou agora aqui desviar a atenção, porque vou diretamente à sua questão.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

É verdade, Sr. Deputado, a Sr.^a Ministra da Administração Interna apresentou a sua demissão, eu próprio fiz questão de assumir essa responsabilidade e essas competências e, na próxima semana, o Governo terá a sua recomposição completamente estabelecida com a proposta que farei a Sua Excelência o Sr. Presidente da República, da nomeação de um novo titular do Ministério da Administração Interna.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, faça favor de continuar.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, consegue dizer aqui, perante os portugueses, que teve uma boa gestão da crise durante este período?

Vozes do PSD: — Consegue!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Consegue, a sério, dizê-lo, depois de pessoas morrerem a reconstruir telhados, porque o seu Governo foi de uma incompetência absoluta,...

Protestos do PSD e do CDS-PP e contraprotestos do CH.

... de uma incompetência absoluta,...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, Srs. Deputados,...

Burburinho na Sala.

Peço aos serviços que parem a contagem do tempo.

Srs. Deputados, o tema é importante para os portugueses. O Sr. Deputado é natural que queira pôr em causa o Governo — é assim, é democraticamente normal.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ah!...

O Sr. **Presidente**: — E o Governo tem o seu tempo para responder. Portanto, vamos, com tranquilidade e serenidade, ouvir as perguntas e ouvir as respostas, que é isso que os portugueses também esperam.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estão mal-habitados!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Primeiro-Ministro consegue dizer que com pessoas a morrer porque estavam a substituir o Estado, o Estado que os senhores representam, a reconstruir...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas o Estado é que tinha de mudar as telhas?!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Sr. Presidente, meta ordem naquele senhor ali, que não sabe o que é isso, claramente!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não sabe o que é isso. Não sabe o que é isso!

Aplausos do CH.

Continuação dos protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Está descompensado!

O Sr. **Presidente**: — Está parada a contagem do tempo.

Srs. Deputados, desejamos ou não desejamos esclarecer tudo aos portugueses?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — O PSD não!

O Sr. **Presidente**: — Se desejamos, temos de dar o exemplo do debate democrático. Portanto, peço contenção a todos, para que possamos ouvir o Sr. Deputado e ouvir depois a resposta com a mesma seriedade. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, compreendo que o PSD esteja incomodado com uma das mais incompetentes gestões dos últimos tempos que tivemos sobre esta matéria. Eu compreendo. Mas se quer exemplos, Sr. Primeiro-Ministro, eu dou-lhe exemplos: ativou a Comissão Nacional de Proteção Civil...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, não é ativada!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sim, é ativada.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é, não!

O Sr. **André Ventura** (CH): — cinco dias depois da passagem da depressão *Kristin*, depois de uma visita ao distrito de Leiria.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é ativada, é convocada!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Sr. Deputado, foi convocada cinco dias depois, está contente com isso?! Foi convocada cinco dias depois. Uma absoluta incompetência, cinco dias depois! Os militares, desde o dia zero que estavam prontos para atuar.

Neste momento, o orador exibiu uma notícia.

Sr. Primeiro-Ministro não é nossa, como pode ver aqui: «Militares entraram em prontidão uma semana depois da tempestade.» Uma semana! Está aqui o Sr. Ministro da Defesa, mais uma incompetência absoluta neste Governo.

Ó Sr. Primeiro-Ministro, então o Sr. Primeiro-Ministro apenas ativa..., não ativa os planos europeus? Primeiro, não ativa os planos europeus...

Protestos do PSD e do CDS-PP.

... que deve ativar, metendo os portugueses a pagar sobre esses planos europeus...

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto é vergonhoso!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, peço desculpa, peço desculpa por lhe estar a interromper o pensamento, mas devo dizer que um aparte não é estar a interromper sistematicamente um orador.

Vozes do CH: — Claro!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mal-educados! Se esta bancada quiser ninguém fala aí. Ninguém fala!

O Sr. **Presidente**: — Seja qualquer bancada. E não é possível ouvirmos nem o orador que está a questionar nem depois ouvir a resposta do Sr. Primeiro-Ministro. Qualquer ruído que venha de qualquer bancada, isso não é aparte, é interrupção, cortar o pensamento e são técnicas que não deveriam ser usadas.

Desculpe tê-lo interrompido, mas era para... Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Dão o pior exemplo a esta Casa, vocês!

Aplausos do CH.

Risos e protestos do PSD.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro...

Protestos do PSD e contraprotestos do CH.

Sr. Primeiro-Ministro... Sr. Primeiro-Ministro...

Continuação dos protestos do PSD e contraprotestos do CH.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas o que é isto?!...

Vozes do CH: — Então o tempo continua a contar?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Eu não sei se querem continuar a contar o tempo! Podem parar o tempo!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, se desejar fazer algum pedido dirija-se ao Presidente da Mesa, porque o Presidente do Parlamento...

Faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Sr. Presidente, eu quero. É que, de facto, há 30 segundos que está o tempo a correr continuamente, enquanto o PSD não nos deixa falar — quer dizer, é impossível!

Vozes do PSD: — Oh!...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês são uma vergonha! Uma vergonha!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Secretário da Mesa está aqui a dar-me a informação de que é para repor 6 segundos, por favor.

Protestos do CH.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Portanto, já que, Sr. Primeiro-Ministro, o tempo está a contar a seu favor e não a meu, já agora, é muito simples: porque é que os militares só entraram no terreno quando já deveriam ter entrado muito tempo antes? Porque é que o SIRESP voltou a falhar, depois de lá termos posto, nos últimos anos, 700 milhões de euros?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E, francamente, porque é que não ativou os mecanismos europeus que deveria ter ativado?

E digo-lhe mais, e digo-lhe aqui, cara a cara: enquanto pessoas morriam a recompor telhados, os senhores deviam ter mexido o Estado. Não o fizeram. É culpa é vossa também.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Queriam festinhas hoje?! Festinhas é com o Hugo Soares!

O Sr. **Presidente**: — E agora vamos ouvir o Sr. Primeiro-Ministro na resposta que tem a dar. Faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, creio que o momento e a matéria em causa mereciam — e merecem! — mais seriedade da sua parte, relativamente ao conteúdo daquilo que diz.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Diga isso à sua bancada!

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Peça desculpa!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, acho deplorável que o Sr. Deputado diga que houve pessoas que morreram a consertar os seus telhados por responsabilidade do Estado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — E houve!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, não diga isso. Não diga isso, não é verdade.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É verdade, é!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Isso não é verdade. Nós devemos ter toda a solidariedade, toda a compreensão pelo sofrimento, pela angústia de quem, perante uma tempestade nunca antes vivida, ficou privado de um elemento fundamental de segurança da sua residência, que tentou, por meios próprios, fazer a sua reparação e acabou por ser vítima dessa ação.

Sr. Deputado, tenho uma compreensão, uma solidariedade e até uma revolta, do ponto de vista humano, para com todos aqueles que vivenciaram isto — aqueles, naturalmente, que partiram e as suas famílias e os seus amigos. Mas, Sr. Deputado, responsabilizar o Estado por essa circunstância, sinceramente, é levar longe demais o que deveria ser um escrutínio daquela que é a responsabilidade que nos cabe a todos.

Aplausos de Deputados do PSD.

É que o Sr. Deputado sabe, tem a obrigação de saber, que, desde a primeira hora, muitos milhares de portugueses que prestam serviço nas autarquias locais, na administração central do Estado, em empresas

privadas, em instituições sociais e até muitos milhares de portugueses, de forma absolutamente voluntária e anónima, tentaram colaborar para chegar onde não era possível ninguém chegar ao mesmo tempo, Sr. Deputado! Não era possível.

Protestos do CH.

Sr. Deputado, não era possível. Não diga isso, isso é mentira.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não diga que nós não fizemos o nosso trabalho. Isso é mentira, Sr. Deputado!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Deputado, se quer, algum dia, ter alguma responsabilidade a gerir o que quer que seja, seja pelo menos sério consigo próprio...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não precisamos dos seus conselhos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e exija aos outros aquilo que lhe seria exigido a si em iguais circunstâncias, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não fizeram o vosso trabalho!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado tem de se preparar, se é isso que verdadeiramente quer. Porque se aquilo que o Sr. Deputado verdadeiramente quer é andar a mandar larachas para o ar, então está no bom caminho — é esse o caminho! —, mas se quer ter uma atitude de responsabilidade, se quer aproveitar o apoio que tem hoje, e que pode ter amanhã, no povo português, então seja sério, seja até credível, porque senão nunca vai ter essa confiança. Nunca vai ter essa confiança!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não respondeu a uma única pergunta!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, não havia mecanismos europeus para acionar.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Havia, havia!

O orador exibiu uma notícia.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não, não havia.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Então não havia?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado deve estar a referir-se ao Mecanismo Europeu de Proteção Civil. Ó Sr. Deputado, diga, aqui e agora, o que é que faltou, o que é que falhou na resposta e na capacidade portuguesa...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Falhou tudo! Falhou tudo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... para que fosse esse mecanismo a suprir essa tal falha.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Pessoas sem água, pessoas sem eletricidade, pessoas sem rede!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Seria o Mecanismo Europeu de Proteção Civil que iria compor os telhados de todos aqueles que foram afetados, em cinco ou seis horas depois do acontecimento, Sr. Deputado?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Isso é pura demagogia, Sr. Deputado, isso é falta de seriedade! O senhor não é sério!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vocês é que não são sérios!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, as Forças Armadas tiveram, até ao dia de hoje, 48 000 empenhamentos, que corresponderam às solicitações feitas à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil pelos presidentes das câmaras municipais — que têm, ao abrigo da Lei de Bases da Proteção Civil, a possibilidade e a competência de requererem a participação das Forças Armadas — e, também, ao abrigo da orientação geral que eu próprio dei para que as Forças Armadas estivessem no terreno a ajudar todas as populações que foram atingidas.

Protestos do CH.

Sr. Deputado, 48 000 empenhamentos nestas semanas corresponderam a mais do que os que as Forças Armadas tiveram nos cinco anos anteriores,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... em todas as missões da Proteção Civil em Portugal. Registe, Sr. Deputado!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, para continuar as suas perguntas.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, desculpe lá dizer-lhe, cara a cara, aqui — sem nenhum outro fórum, é aqui mesmo —, mas se alguém, nesta gestão de crise e perante esta crise, não é sério é o Sr. Primeiro-Ministro!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Porque, ao fim de 16 pessoas que morreram, numa circunstância ou noutra, a procurar reconstruir aquilo que eram os seus bens, o seu património ou as suas empresas, em caminhos que...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ninguém lá chegava!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, Sr. Primeiro-Ministro, não é «ninguém lá que chegava»! Os senhores é que não fizeram nada para desbravar esses caminhos!

Aplausos do CH.

Os senhores é que não fizeram nada para desbravar essas terras! Os senhores é que deixaram as pessoas morrer sozinhas!

Depois, peço-lhe que pare um bocadinho. Uma coisa é a conversa de chacha para a bancada do PSD, outra é a conversa para o País.

Protestos do PSD.

Para o País, é esta: o SIRESP falhou ou não falhou?
Não me venha aqui com conversa!

Vozes do CH: — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Pusemos 700 milhões de euros — 702 milhões de euros! — no SIRESP. Polícias, bombeiros e Proteção Civil disseram que, nessa tarde, o SIRESP não funcionou durante algum tempo. Assume isso ou não assume isso?

Segundo ponto, Sr. Primeiro-Ministro, desculpe lá, pode ter dado as indicações que queira ter dado — então ainda é pior: ninguém liga às suas indicações! O que eu compreendo também, de alguma forma —, mas nos dias a seguir bastava ouvir as pessoas.

O orador voltou a exhibir uma notícia.

Protestos de Deputados do PSD.

Enquanto o Sr. Ministro da Defesa ia fazer paradas militares para algumas zonas do País, o que as pessoas queriam era os militares no terreno!

Protestos de Deputados do PSD.

Ora, Sr. Primeiro-Ministro, o que é que...

Continuação de Protestos de Deputados do PSD.

Calem-se um bocado, por amor de Deus!

Aplausos do CH.

Protestos do PSD e contraprotestos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Não vai resultar comigo a técnica de se fazer barulho para interromper, para dar mais segundos. Não vai resultar!

Continuação de protestos do CH.

Não vai resultar, não vai resultar! Já o fiz da primeira vez, e a utilização dessa técnica para esse efeito não vai resultar.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, porque é que o SIRESP não funcionou e, nas zonas onde não funcionou...

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Não é verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É verdade, é, desculpe lá! Porque é que não funcionou?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não é verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Depois, porque é que não acionou o estado de calamidade em algumas zonas? Olhe, como em Arruda dos Vinhos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... onde as estradas estavam absolutamente destruídas, e os senhores ignoraram-nos! Talvez não gostassem dos autarcas, mas as pessoas estão lá à espera, estão à espera de conseguir pagar outras casas, de circular nas estradas, de ter meios de transporte... Porque é que não fez isso, e vai fazer ou não? É uma pergunta simples.

Há dezenas — dezenas! — de sítios que estavam à espera da declaração de estado de calamidade, e os senhores não o declararam!

Sr. Primeiro-Ministro, desculpe, não há volta a dar: falhou! Ainda vai a tempo de fazer o que é certo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, não me vai levar a mal, mas o Sr. Deputado tem de se preparar melhor. O Sr. Deputado não sabe o que é que está a dizer, honestamente.

Risos e aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, olhe, o SIRESP... Se o Sr. Deputado andou pelo País e falou com autarcas...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Todos disseram que falhou!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e com agentes da Proteção Civil, já deveria ter concluído que, ao contrário até do que sucedeu noutras ocasiões — e estou muito à vontade para falar disso — o SIRESP foi, em muitos casos, a única forma de comunicação que subsistiu.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Meu Deus!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Foi aquela que valeu, efetivamente, às populações e aos autarcas.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ó meu Deus!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — De tal maneira, Sr. Deputado, que nós, dentro deste plano de resiliência, já decidimos que, no futuro, além de estarem equipadas com um gerador para não perderem energia, todas as juntas de freguesia estarão também equipadas com um telefone SIRESP e com acesso a comunicação por satélite, para não haver isolamento de ninguém.

Agora, Sr. Deputado, se houve vez em que o SIRESP provou a sua resistência e resiliência foi agora.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — E em Arruda dos Vinhos?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Houve uma ou outra falha, falhas pontuais, quando foram completamente destruídas todas as infraestruturas.

Sr. Deputado, outro sinal de que não sabe do que é que está a falar é vir exigir agora integrar, para os próximos tempos, concelhos em estado de calamidade.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Arruda dos Vinhos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Aquilo que é necessário para recuperar, e que está plasmado nos instrumentos legislativos que já foram decididos, aplicar-se-á a todos aqueles que estão integrados.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias e contraprotestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Relativamente a todo o território nacional, já disse aqui, vamos apresentar um plano. Está em elaboração um plano, que terá também a oportunidade de contar com o vosso contributo, para aplicação a todo o território nacional.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ninguém vai ser deixado para trás!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, faça favor.

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — Não tem nada para dizer!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Primeiro, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor não me dá lições de competência a mim.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não a mim!

Vozes do PSD: — Ah!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Pode dar à sua bancada, a mim não dá.

Aplausos do CH.

A mim não dá, a mim não dá!

Protestos do Primeiro-Ministro.

A mim não dá.

E sabe porque é que não dá, Sr. Primeiro-Ministro? Porque talvez eu saiba muito mais daquilo que estou a falar do que o Sr. Primeiro-Ministro.

Protestos de Deputados do PSD.

Mas temos o historial. O Sr. Primeiro-Ministro passou por três momentos de catástrofe no nosso País, e deixe-me dizer-lhe, cara a cara: em todos foi um desastre! Em todos! Em todos foi um desastre!

Aplausos do CH.

Esse é o seu historial.

Agora, Sr. Primeiro-Ministro, dizer que o SIRESP falhou num sítio ou noutro?!

Sr. Primeiro-Ministro, houve localidades que estiveram 30 horas sem SIRESP! Sr. Primeiro-Ministro, tenha vergonha! Tenha vergonha!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não é verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Houve localidades, como a Batalha, só para lhe dar um exemplo... Qual é o problema? É que temos um Primeiro-Ministro que não sabe do que é que está a falar!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Trinta horas sem SIRESP, Sr. Primeiro-Ministro. Trinta horas sem SIRESP! Como é que pode dizer que falhou num sítio ou noutro, Sr. Primeiro-Ministro?

Como é que pode dizer que funcionou na Proteção Civil, quando sabemos hoje por críticas dos próprios bombeiros, fardados, à espera de sair, que estavam sem ordem, sem comando, sem orientação? E porquê? Porque os senhores se juntaram ao PS...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... para impedir que os bombeiros tivessem carreira, comando e dignidade. Os senhores fizeram isso, juntos!

Aplausos do CH.

Ora, Sr. Primeiro-Ministro, francamente, eu já não vou insistir nas portagens — é uma coisa que fica consigo. Se acha bem as pessoas andarem a pagar portagens em zonas de tragédia, se acha bem que isso agora esteja a acontecer... Olhe, muitas das tais pessoas que disse que iam ajudar estão a pagar portagens! Se acha isso bem, é consigo.

Agora, não me diga que correu bem. Vou voltar a perguntar-lhe... Olhe, vamos puxar o «filme» para trás, Sr. Primeiro-Ministro, e tem outra oportunidade para responder: Sr. Primeiro-Ministro, o que é que correu mal no SIRESP, na Proteção Civil e nas Forças Armadas?

Por favor, responda ao País.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, foi feito tudo,...

Vozes do CH: — Nada!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... está a ser feito tudo aquilo que é possível para responder de forma rápida.

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — É pouco!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, continuo disponível para me dizer o que é que correu mal, mas é o senhor que tem de dizer, porque quem está a ser escrutinado sou eu...

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

Sr. Deputado, quem está a ser escrutinado sou eu, mas o Sr. Deputado manda larachas para o ar que não concretiza porque não tem elementos para concretizar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Sr. Primeiro-Ministro, já não sei se estou a falar com alguém que compreenda o que estou a dizer!

Risos de Deputados do CH.

Vou voltar a insistir: SIRESP, Forças Armadas... Olhe, quer outra? Apoios a pessoas nos incêndios que ainda não chegaram.

Vozes do CH: — Verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Metade dos apoios ainda não chegaram! Então, diga-nos lá qualquer coisa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado André Ventura, em 2017, no apoio aos incêndios, o primeiro pagamento demorou três meses; em 2025, o primeiro pagamento demorou cinco semanas.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — A algumas pessoas ainda não chegou!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Após a tempestade, o primeiro pagamento demorou 15 dias.

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Ainda não chegou!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Esta é a evolução, e é a competência do Governo.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Mentiroso! Mentiroso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Relativamente aos incêndios, deixe-me dizer-lhe: em 2025, das 5713 candidaturas aprovadas, 96 %...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, terá de responder na próxima ronda, quando tiver tempo para o efeito.

Sr. Deputado André Ventura, pode continuar.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, francamente, acho que ficou claro, neste debate, quem é que não assume a sua responsabilidade — nunca! — e está sempre a fugir a essa responsabilidade.

Nós vamos pedir para distribuir uma notícia do Sr. Ministro que está aí ao seu lado — não sei se ele está mais ocupado, agora, a fazer vídeos lá no gabinete dele, na Proteção Civil.

Protestos de Deputados do PSD.

É uma notícia do reconhecimento, pelo próprio Ministro Leitão Amaro, de que o SIRESP falhou — está aqui, estou a ler, mas depois, posso distribuir. Ao menos, veja o que estão a dizer os seus ministros.

Sr. Primeiro-Ministro, desculpe lá,...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não é verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É verdade, é mesmo verdade.

Sr. Primeiro-Ministro, 63 % dos apoios que eram para chegar às vítimas dos incêndios ainda não chegaram.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Toma!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é o primeiro que conta, são todos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Como é que pode dizer, francamente, que está tudo a correr bem?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Vergonha!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Chegado aqui, só lhe posso recomendar isto, Sr. Primeiro-Ministro: menos *SportTV* e mais ação.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar ao conjunto de perguntas por parte do Sr. Deputado José Carneiro, e dado que as galerias já estão cheias, vou dar a informação à Câmara de que estão presentes, nas diversas galerias, um grupo de alunos e professores do Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira, de Espinho; um grupo de alunos e professores da Escola Secundária de Mação; um grupo de cidadãos, pelo Passeio Municipal Sénior, de Paços de Ferreira; um grupo de alunos e professores do Colégio Campo de Flores, de Lazarim; um grupo de alunos e professores do Agrupamento de Escolas 4 de Outubro, de Loures; um grupo de alunos e professores do Agrupamento de Escolas Álvaro Coutinho, *O Magriço*, de Penedono; e 34 cidadãos da Academia Sénior de Braga.

Aplausos gerais.

Agora, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Carneiro, para também questionar o Governo.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a primeira palavra do Partido Socialista é, naturalmente, de condolências: as mais profundas condolências para as 19 vítimas mortais que perderam a vida nesta tempestade, para as suas famílias, para os seus amigos, para as suas comunidades locais.

A segunda palavra, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é de solidariedade: para as comunidades, para as autarquias, para as empresas, para os trabalhadores, para as famílias que perderam tanto do seu património — tantas vidas adiadas por esta tempestade.

E, naturalmente, uma terceira palavra de agradecimento: para as forças e serviços da Proteção Civil, para as Forças Armadas, para todos aqueles que têm procurado, no dia a dia, responder às necessidades e à urgência que se acometeu sobre tantas e tantas comunidades no nosso País.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, nós afirmámos, e queremos hoje reafirmar neste Parlamento, que o Governo chegou tarde e a más horas, na prevenção e na resposta à urgência, à emergência que se abateu sobre as populações. Mas nós prometemos não fazer ao Primeiro-Ministro de hoje aquilo que ele, no passado, fez ao Primeiro-Ministro de então.

Aplausos do PS.

A informação está disponível para quem a quiser consultar, Sr. Primeiro-Ministro.
Não faremos da tragédia um instrumento de luta político-partidária,...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — ... mas, já que o Estado falhou na resposta à urgência e à emergência, o Estado não pode falhar agora na resposta às famílias, aos trabalhadores, às empresas,...

A Sr.^a **Júlia Rodrigues:** — Muito bem!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — ... à economia e às autarquias.

Aplausos do PS.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, mais uma vez, o PS colocar-se-á do lado das soluções,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está do lado do Chega?!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — ... e a minha proposta a de que o PS está disponível para aprovar um Orçamento retificativo, com uma condição:...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já aprovaram o outro!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — ... com a condição de que, em cada mês, o Governo traga a esta Assembleia da República a execução desse Orçamento retificativo, para responder às necessidades das pessoas, para garantir o escrutínio democrático e o controlo da execução política na resposta às populações.

Aplausos do PS.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não é necessário!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, não é uma questão de somenos. Na auscultação que fiz aos autarcas — não é motivo para que o Sr. Ministro da Presidência sorria —, o Sr. Presidente da Câmara da Covilhã disse-me que aguarda pela assinatura dos contratos-programa para os prejuízos dos incêndios de 2025. É por isso, Sr. Primeiro-Ministro: não falta à resposta aos portugueses e tem em nós uma proposta, sobre a qual gostaria de ouvir a sua resposta.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Primeiro-Ministro, faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Luís Carneiro, quero começar, naturalmente, por saudar o posicionamento do Partido Socialista relativamente a podermos partilhar...

Vozes do CH: — Oh!...

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... soluções mobilizadoras para a recuperação, para a resiliência e para a transformação do País, e também para o respetivo escrutínio em termos de execução.

Protestos de Deputados do CH.

Faz, aliás, parte dos princípios orientadores do PTRR que os partidos políticos com representação parlamentar possam não só ser envolvidos, como até propor que, na Assembleia da República, possa funcionar uma comissão eventual que acompanhe a execução deste programa, que é um programa verdadeiramente nacional, muito mais do que um programa do Governo. É um programa de todo o País.

Sr. Deputado, agradecendo as questões que coloca, deixe-me também dizer-lhe o seguinte: relativamente ao Orçamento retificativo, neste momento, ainda não encontramos nenhuma justificação para avançar com essa iniciativa.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão (CH):** — Ah, pois não!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa (CH):** — Está tudo na boa!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Caso possamos concluir pela sua necessidade, obviamente que iremos estabelecer um diálogo político com vista a essa viabilização no Parlamento — se for necessário. Neste momento, ainda não é o caso.

Sr. Deputado, também lhe quero agradecer a questão que coloca sobre os incêndios, porque permite-me, de resto, complementar a resposta que tinha iniciado ao orador que interveio anteriormente.

Quero dizer-lhe, Sr. Deputado, relativamente aos incêndios de 2025, que foram apresentadas 9687 candidaturas; das 5713 candidaturas que foram aprovadas, 5486 — 96 % — estão pagas; e falta analisar 2638 candidaturas.

Porque é que falta analisar estas candidaturas? Por uma convergência de duas razões. Em primeiro lugar, está previsto neste mecanismo, como aliás aconteceu nos anteriores, que haja uma verificação, por parte das câmaras municipais, dos prejuízos e estragos concretos que estão a ser alvo da candidatura,...

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa (CH):** — Passou pouco tempo, foi?

O Sr. **João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — Ouve!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... e alguns municípios não têm tido essa capacidade de resposta. Não conseguem ter serviços técnicos à altura de tamanha necessidade, porque foram, de facto, muito fustigados. Até podia dizer quais são, mas não vou entrar nessa discussão. É uma consequência, muitas vezes, da falta de recursos humanos na Administração Pública.

O Sr. **Pedro Pinto (CH):** — Recursos humanos há, falta é competência.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — A segunda razão para qual algumas candidaturas não estarem ainda completamente tratadas é esta: a Assembleia da República, legitimamente, do ponto de vista democrático e constitucional, mas manifestamente desenquadrada do ponto de vista político, por aliança entre os dois maiores partidos da oposição — diga-se de passagem —, o Chega e o Partido Socialista,...

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... modificou as regras e os montantes das candidaturas, o que provocou, nas entidades que estão a avaliar essas candidaturas, dificuldades de interpretação que ainda não foram supridas.

Vozes do PSD: — Claro!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Incrível!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Deputado, essa é uma das consequências de, na vertigem que têm de querer governar a partir do Parlamento,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... alguns partidos políticos não respeitarem as balizas do poder executivo e transformarem aquilo que deviam ser recomendações em decisões que são contrárias ao que está a acontecer no terreno.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Meu Deus! Que Deus lhe perdoe!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Deputado José Luís Carneiro, deixe-me dizer-lhe que, em termos de capacidade de resposta, nunca tinha sido tão célere como foi em 2025. Foram 15 dias para procedermos aos primeiros pagamentos destes pedidos, que comparam, como disse há pouco, com cinco semanas no ano anterior, e com três meses — três meses! —, relativamente aos incêndios de 2017.

Portanto, Sr. Deputado José Luís Carneiro, agradeço-lhe as questões e agradeço que possa considerar as respostas para, no fundo, estruturar aquela que é a posição do Partido Socialista no futuro.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado José Luís Carneiro, para continuar, faça favor.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, ficava-lhe bem, mais uma vez, Sr. Primeiro-Ministro, dizer que herdou um edifício normativo que vem de Pedrógão Grande, que vem da covid-19, para poder responder a muitas das questões que está a responder agora.

Aplausos do PS.

Ficava-lhe bem, Sr. Primeiro-Ministro.

Sr. Primeiro-Ministro, apresentei uma proposta pela positiva — como tenho feito durante estes últimos dias e, aliás, em vários momentos da nossa vida coletiva —, mas permita-me que lhe diga, olhos nos olhos, aquilo que era para lhe ter dito na altura em que devíamos ter tido o debate parlamentar, há algum tempo. Contou com a boa vontade de todos os parlamentares para poder responder às circunstâncias de emergência, e nós também contribuimos, mas há coisas que têm de lhe ser ditas, Sr. Primeiro-Ministro, e basta olhar para o artigo 6.º da Lei de Bases da Proteção Civil:...

O orador exibiu o documento que mencionou.

... a primeira e mais importante responsabilidade é do Primeiro-Ministro.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — É mesmo a primeira e mais importante responsabilidade sobre a Proteção Civil do País.

E o Primeiro-Ministro não espera por orientações da Proteção Civil,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — ... o Primeiro-Ministro dá orientações à Proteção Civil.

Aplausos do PS.

É, Sr. Primeiro-Ministro! E é por isso que lhe vou dizer, Sr. Primeiro-Ministro, que falhou a deveres fundamentais que a lei lhe estabelece e lhe consagra. Primeiro, falhou ao princípio da prevenção; em segundo falhou ao princípio da precaução; em terceiro, falhou ao princípio da coordenação; em quarto, falhou ao princípio da cooperação; em quinto, falhou ao princípio do comando único; e, em sexto, falhou ao princípio da informação.

Aplausos do PS.

São os princípios que lhe determina a Lei de Base da Proteção Civil.

O orador exibiu, novamente, o documento que mencionou.

Sr. Primeiro-Ministro, se não tivesse falhado, seria injustificável a demissão da Ministra da Administração Interna.

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, o IPMA (Instituto Português do Mar e da Atmosfera) avisou a tempo e horas.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.

Há, portanto, três perguntas que se colocam e que se impõem.

Primeiro, por que razão é que demorou cinco dias a convocar a Comissão Nacional de Emergência e Proteção Civil,...

Aplausos do PS.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mentira!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sabes que é mentira!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — ... que é a única comissão que integra todas as forças e serviços de Proteção Civil e as Forças Armadas?

Por que razão é que demorou cinco dias a determinar o Plano de Emergência e de Proteção Civil?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Falso!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — E, terceiro, porque é que não ativou o Mecanismo Europeu de Proteção Civil?

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Falso!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É mentira!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, contrariamente ao que disse e ao que disseram vários membros do Governo, o mecanismo europeu teria possibilitado meios para apoiar as populações,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não tinha!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Falso!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — ... teria possibilitado motobombas, geradores de corrente e abrigos de emergência, que eram apoios de que as populações precisavam, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do PS.

Resposta: porque é que demorou cinco dias a responder à emergência?

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Completamente falso! Incrível!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Luís Carneiro, não posso deixar de dizer que o Sr. Deputado não disfarça as saudades que tem de ser Ministro da Administração Interna.

Risos e protestos do PS.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Enfim, foi uma coisa que lhe ficou, Sr. Deputado.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Leva-o!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Agora, ter saudades de ser Ministro da Administração Interna não significa ser um bom Ministro da Administração Interna!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do PS.

São duas coisas diferentes.

O Sr. Deputado tem a obrigação de não desconhecer que a Comissão Nacional de Proteção Civil reuniu, de facto, cinco dias depois da tempestade *Kristin*,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

Protestos da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Cinco dias!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e que quem faz parte dessa comissão nacional são, sobretudo, membros do Governo ou seus representantes, que estavam coordenados desde a primeira hora.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Evidente!

Risos do Deputado do PS José Luís Carneiro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas o Sr. Deputado indiciou na sua pergunta...

Protestos do PS.

Ouçam! O Sr. Deputado indiciou na sua pergunta que aquela reunião era fundamental para a coordenação...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É falso! É completamente ridículo!

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó, Sr. Deputado, aí é um chumbo completo na saudade que tem de ser Ministro da Administração Interna. Sabe porquê?

Protestos do PS.

Porque a Comissão de Coordenação Operacional — que esteve, desde o dia 27 de janeiro, 24 horas sobre 24 horas, em permanência, reunida na Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil —, essa sim,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... tem os oficiais de ligação de todas as entidades e agentes da Proteção Civil. Todos, Sr. Deputado!

Aplausos de Deputados do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Deputado queria mais burocracia, queria mais reuniões em cima daquelas...

Protestos do PS.

Ó Sr. Deputado, eu estive lá! E sabe em que dia estive lá, já agora? O Sr. Deputado disse que eu cheguei tarde e a más horas, mas estive lá no primeiro dia! Logo no primeiro dia! Às três da tarde,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... eu estava na Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, no local, a reunir precisamente com os operacionais que estavam lá e com todos os oficiais de ligação de todas as entidades.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Estava com o Presidente da República!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Falso, falso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, o princípio da prevenção e a sua execução foram tão observados quanto vários autarcas, muitos deles do Partido Socialista, tiveram a ocasião de partilhar comigo, e até com o País, que, na noite de 28 de janeiro, dormiram — dormiram! — dentro dos serviços de Proteção Civil municipal...

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... à espera de saber a que emergências teriam de acorrer nas primeiras horas, para não dizer mesmo nos primeiros minutos, após a passagem da tempestade.

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó Sr. Deputado, acha que os serviços municipais de Proteção Civil estavam assim ativados e que os autarcas estavam em modo tão preventivo por dar cá aquela palha? Não! Foi tudo feito para, de forma preventiva, antecipar aquilo que era antecipável.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Evidente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E o Sr. Deputado vem dizer que, para motobombas, para geradores, era o Mecanismo Europeu de Proteção Civil que iria suprir uma capacidade que existia no País e que só não estava nos locais, na primeira hora, porque estava em transporte para lá chegar, Sr. Deputado!

Protestos do PS.

Até hoje, essa capacidade foi disponibilizada, Sr. Deputado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — A quem?! Tem de ir a Leiria!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado queria que eu dissesse, do alto da minha sapiência,...

Risos do CH.

... que a Proteção Civil, a E-Redes... Todas as entidades que estavam a mobilizar meios de que precisavam me diziam que não eram necessários geradores vindos do estrangeiro, e era eu que ia dizer que eram precisos geradores?!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Era!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Então era quem?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó Sr. Deputado, não é esse o meu estilo.

Protestos do PS.

Fica a saber, Sr. Deputado: o meu estilo é liderar, é comandar, mas é também respeitar aquilo que me diz quem está no terreno.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Carlos Abreu Amorim): — Exatamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, eu não sou daqueles políticos de gabinete que acham que sabem tudo e que podem ultrapassar aqueles que estão no terreno. Não sou!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Muito bem!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sou eu?!

Risos de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado José Luís Carneiro, tem a palavra. Faça favor.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, se o Sr. Primeiro-Ministro fosse Ministro da Administração Interna há mais tempo saberia que há várias fases até ativar o estado de calamidade. Saberia, por exemplo, que mal veio o aviso do IPMA poderia ter determinado o estado de alerta; depois o estado de contingência; e depois o de calamidade.

Mas é preciso saber, Sr. Primeiro-Ministro, é preciso saber!

Aplausos do PS.

Já agora, Sr. Primeiro-Ministro, aproveite para saber o seguinte: há uma estratégia de proteção civil preventiva que entrou em vigor em 2021, e aqui estão as medidas que o Governo deve desenvolver...

O orador exibiu o documento que mencionou.

... para preparar a sociedade, preparar as autarquias, preparar os cidadãos, preparar as estruturas e forças de Proteção Civil. Basta ler e dar instruções políticas aos serviços.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, nós sabemos que este Governo não é para tempos difíceis. Já o tivemos noutras demonstrações. Tivemo-lo, aliás, nos incêndios do verão, tivemo-lo no apagão e voltámos a tê-lo agora, na gestão à urgência e à emergência.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É verdade!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Contudo, Sr. Primeiro-Ministro, como eu disse, e como temos dito, nós estamos do lado das soluções. O que desejamos é que o Governo responda bem às populações, que não falte a ninguém em particular e que apoie o conjunto das regiões.

E, por isso, apresentámos 70 medidas, 30 das quais de carácter de emergência e 40 de curto, médio e longo prazo. E apresentámos esta semana o reforço de medidas para aprofundar os apoios às famílias, às empresas e aos trabalhadores, porque aquilo que o Governo disse às empresas foi para se endividarem, mas as empresas não querem endividar-se. As empresas querem apoios para o *lay-off*, querem apoios para investir e querem apoios a fundo perdido para a tesouraria.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.

E a pergunta que lhe quero fazer, Sr. Primeiro-Ministro, é muito simples. Ouvi em muitos territórios muitos autarcas, empresários, cidadãos, que querem e desejam, por um lado, a prorrogação do estado de calamidade e, por outro, a integração desses municípios no perímetro da intervenção da calamidade. E a pergunta que lhe faço é se está ou não disponível para prorrogar o estado de calamidade e para integrar esses municípios na estrutura de apoios para recuperar a economia e a vida das comunidades.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder. Faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Luís Carneiro, o Sr. Deputado, de facto, tem apresentado as propostas do Partido Socialista,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Agora que está a remodelar!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e eu aproveito para dizer: e o Governo analisa-as.

Vozes do PS: — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — É verdade que muitas delas, quando foram apresentadas, já tinham correspondentes medidas, similares ou aproximadas, na visão do Governo, em execução. Mas não quer dizer que nós desvalorizemos esse contributo democrático do Partido Socialista.

Quanto à questão que coloca, Sr. Deputado, não, nós não vamos agora alargar o estado de calamidade. O estado de calamidade terminou. A componente da prontidão operacional para fazer face à calamidade não faz sentido, porque a calamidade passou, efetivamente.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Com certeza!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Naquilo que diz respeito aos mecanismos de recuperação e de reconstrução das áreas afetadas, já tive ocasião de dizer que serão aplicados em todo o território nacional.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado José Luís Carneiro, tem a palavra, para colocar questões.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a Sr.^a Ministra da Administração Interna terá pedido a sua demissão no dia 2 de fevereiro; só passados oito dias é que foi público que havia lugar à sua demissão.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Olha agora!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — O Sr. Primeiro-Ministro, não entende que era tempo de o Governo assegurar um dos pilares fundamentais das funções de soberania do Estado, apresentando ao Parlamento, mais de 15 dias depois, quem será o titular da pasta da Administração Interna?

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mais de 15 dias?!

O Sr. **Presidente:** — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder. Faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Luís Carneiro, não desconhece que no nosso sistema político e constitucional o Governo tem a obrigação de apresentar a nomeação proposta para Ministro da Administração Interna, e o Primeiro-Ministro, em particular, a Sua Excelência o Sr. Presidente da República...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... e, portanto, fá-lo-á exatamente nos termos constitucionais: primeiro, ao Presidente da República e, só depois, ao Parlamento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do PS José Luís Carneiro.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra, o Sr. Deputado José Luís Carneiro.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, reiteramos neste debate a nossa disponibilidade para construir soluções que agora urge dar às populações.

Nós temos ouvido particularmente famílias, para quem os apoios de 10 000 € são escassos para a recuperação das habitações e, por isso, propusemos, Sr. Primeiro-Ministro, que as famílias não fossem obrigadas a uma taxa de esforço superior a 10 % em relação ao esforço que fizeram relativamente ao rendimento do ano anterior.

Em relação à tesouraria das empresas, procurámos assegurar que haja apoios a fundo perdido, porque as empresas não sabem sequer se têm condições para reabrir as suas portas, e apoio ao investimento equivalente ao investimento para infraestruturas novas e novos equipamentos.

E permita-me uma palavra para a agricultura e para as pescas, que não podem ser esquecidas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal, para fazer um conjunto de perguntas. Faça favor.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Cumprimento o Sr. Presidente, os Srs. Membros do Governo e o Sr. Primeiro-Ministro.

Sr. Primeiro-Ministro, há um padrão que se tem vindo a repetir. Durante esta crise tivemos ministros e secretários de Estado a afirmar que estavam a aprender e, sempre que enfrentamos uma crise, o Governo garante que foram retiradas as devidas lições. O problema é que o País começa a perguntar: «Mas será que aprenderam realmente alguma coisa?» É que os episódios mudam, mas a sensação mantém-se, o Estado chega sempre tarde e a más horas nos momentos críticos.

E, Sr. Primeiro-Ministro, eu quero recuperar um tema que o Sr. Primeiro-Ministro abordou na sua intervenção inicial, mas que, entretanto, ficou completamente esquecido, que é a questão das pessoas que continuam sem serviços básicos. Falou em 9000 pessoas, disse que tudo estão a fazer para que a situação seja reposta com a maior brevidade possível, mas estas pessoas precisam de previsibilidade, precisam de saber quando é que vão ter a sua vida resolvida. E por isso eu pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro: quanto mais tempo as pessoas vão ter de esperar por eletricidade, por água, por comunicações, e quanto mais tempo vão ter de esperar para regressar a uma vida minimamente normal?

Em relação aos apoios — e isso também já foi aqui falado —, já disse que os municípios que não foram abrangidos pela situação de calamidade vão receber na mesma apoios e ter acesso às medidas excecionais. No entanto, os relatos que recebemos de alguns desses municípios é que empresas e cidadãos, ao tentarem pedir o apoio, esbarram com essa situação de não ter sido decretada a situação de calamidade.

E mais: por exemplo, aquilo que vamos aprovar ou votar aqui amanhã, a proposta do Governo para as medidas excecionais, restringe-se única e exclusivamente aos municípios que foram abrangidos pela situação de calamidade...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Exato!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... e retira todos os outros. Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, em que é que ficamos?

E relativamente ao PTRR, de que o Sr. Primeiro-Ministro já tinha falado e que agora voltou a abordar, apresentou quase uma marca, uma espécie de *branding*, como lhe queira chamar, só lhe falta mesmo quase o logótipo, mas o problema é que ninguém sabe em que consiste, quem vai apoiar, sobre que infraestruturas críticas vai incidir, quais os municípios abrangidos, qual o valor alocado, como se vai financiar e de quem é que vai ser a tutela.

Falou em três pilares, eu ouvi-o bem, mas confunde ao mesmo tempo, no PTRR, objetivos de curto prazo com objetivos de longo prazo. Quanto tempo é que vai durar, afinal, o PTRR?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Mariana Leitão, obrigado pelas questões que coloca. Como eu disse há pouco, temos neste momento cerca de 9000 clientes sem eletricidade, 6500 dos quais nas zonas afetadas pela depressão *Kristin*.

Estamos a falar das situações mais graves, daquelas que têm uma reposição, um restabelecimento, mais dificultado por força das circunstâncias: ou porque ficaram com todas as redundâncias destruídas, ou porque ficaram com a ligação impossibilitada por inacessibilidade dos respetivos cortes. Eu não tenho aqui a descrição total de todas as situações que justificam essa incapacidade, mas o que lhe posso dizer é que o esforço que está a ser feito é total, nomeadamente para, enquanto essa ligação não está restabelecida, haver outro tipo de resposta, nomeadamente o acesso a geradores de grande porte.

Sr.^a Deputada, eu espero que nas próximas semanas... Eu não lhe posso dizer. Gostava de lhe poder responder à pergunta que me colocou,...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — É às pessoas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e a essas pessoas que precisam de saber uma data.

Eu percebo essa angústia, mas eu não tenho possibilidade de garantir uma data concreta, e a pior coisa que se pode fazer é dar uma expectativa que depois sai gorada, porque isso é duplicar a angústia, e, para além de as pessoas estarem a viver a situação de drama e sofrimento agora, ainda ficarem frustradas por verem, eventualmente, esse limite temporal ultrapassado.

O que eu posso garantir é que, da parte do Estado e também — é preciso reconhecê-lo — da parte das empresas que estão envolvidas nesta recuperação, tudo está a ser feito.

Eu estive em concelhos, como, por exemplo, o concelho de Soure, onde este trabalho foi conduzido até pela câmara municipal. A câmara municipal antecipou-se ao Estado central. Quando eu lá fui, já as equipas de empresas locais estavam a desobstruir e a fazer as ligações, por iniciativa da própria câmara.

Portanto, nós temos uma capacidade de resposta que não se esgota só naquilo que nós fazemos. Há muitos agentes espalhados pelo território que estão, eles próprios, também, a avançar na direção de acelerar a reposição da situação àqueles que ainda são os mais atingidos.

Relativamente às medidas excecionais, a questão que a Sr.^a Deputada coloca é verdade. Evidentemente que a definição de um perímetro de calamidade teve também como primeira consequência, mas não só essa, uma resposta de operacionalidade mais ágil, de maior alocação de meios para fazer face a situações de emergência. Essa era a primeira característica do decretar da situação de calamidade, na esteira, de resto, da gravidade da situação.

A segunda foi aquela que referiu, que ficou desde logo nessa legislação própria, de que o Sr. Deputado José Luís Carneiro quer, enfim, reivindicar a autoria — evidentemente que teve em atenção algumas das experiências anteriores, mas é uma legislação própria que foi decretada e decidida agora — e contempla um conjunto de apoios que são imediatos para aquela situação. O que é que nós estamos a fazer agora? Fruto, precisamente, do reconhecimento de outros prejuízos e danos que são equivalentes, que são muito similares, estamos a fazer esse levantamento para alargar a situações específicas.

Agora, com uma diferença, Sr.^a Deputada: enquanto dentro do perímetro dos concelhos que foram atingidos pela situação de calamidade a circunstância de estar dentro desse perímetro é suficiente para ter acesso aos apoios, não é preciso mais nenhuma demonstração, fora desse perímetro é preciso, e deve haver essa necessidade, justificar a similitude da situação com, precisamente, a situação de calamidade. E isso é possível fazer-se. E é possível fazer-se com quem? Com os agentes locais.

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

E é isso que nós já estamos a trabalhar com as câmaras municipais que, não estando dentro da definição de situação de calamidade geral, têm situações de calamidade nos seus territórios, não uma calamidade geral para

todo o território, mas específica de algumas circunstâncias, de algumas propriedades, de algumas empresas, de algumas propriedades agrícolas e florestais, nomeadamente.

Sr.^a Deputada, é precisamente com base em todo esse levantamento que nós apresentaremos amanhã a nossa versão inicial do PTRR e apresentaremos aos partidos políticos com representação parlamentar, na próxima semana, precisamente esse documento, para ele ser agora alvo de um aprofundamento político, através dos partidos políticos, através do Sr. Presidente da República que está em funções e do Sr. Presidente da República que será empossado no dia 9 de março, dos parceiros sociais, das autarquias locais, dos Governos regionais, da academia, para, tão célere quanto possível, e eu espero que seja mesmo rápida esta reflexão, podermos definir esse programa com um calendário e podermos executá-lo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Leitão. Faça favor.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, as pessoas, os agentes locais, como lhes chama, estão, de facto, a sentir-se desamparados e estão a sentir — e são esses os relatos que recebemos — que as pessoas e as empresas que neste momento estão numa situação muito complicada não estão a conseguir ter acesso às medidas excecionais e aos apoios. Eu acho que é visível para qualquer pessoa que visite algum desses territórios a situação gravíssima em que se encontram, nomeadamente a nível, por exemplo, dos acessos, como acontece em Arruda dos Vinhos.

Sr. Primeiro-Ministro, eu quero aproveitar — já sei que foi aqui também falado — para relembrar uma situação. O Sr. Primeiro-Ministro já disse que o SIRESP funcionou, já disse, depois, que só não funcionou num ou noutro sítio. Há uma coisa que é certa: o seu Governo sabe, ou pelo menos admitiu em tempos, que havia limitações e falhas no SIRESP e, por isso mesmo, criou um grupo de trabalho, cujas conclusões deviam ter sido entregues no ano passado. Onde é que elas estão, Sr. Primeiro-Ministro?

É que, de catástrofe em catástrofe, continuamos a discutir o SIRESP, e há um grupo de trabalho que, supostamente, já devia ter entregado as conclusões. Já sabemos que adiou esse prazo vezes sem conta, e, portanto, quando é que vão conseguir apresentar uma coisa tão básica como um relatório de um grupo de trabalho?

Outra questão relevante, tudo compromissos que o Sr. Primeiro-Ministro fez: disse que em janeiro a nova lei da proteção civil estava pronta e ia entrar em vigor este mesmo ano. Quais são as alterações? Onde é que ela está?

Também anunciou que até ao final do ano passado ia apresentar a revisão da lei orgânica da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. Está feita? Foi revista para garantir comando e responsabilização?

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, crises desta dimensão também não se gerem com improviso nem com cadeias de comando excessivamente dependentes de nomeações partidárias. Esses cargos exigem competência e experiência no terreno. Está este Governo disponível para acabar com as nomeações partidárias e começar a fazer concursos sérios para as estruturas técnicas?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Primeiro-Ministro, quando o próximo verão chegar, quando o próximo inverno chegar, o que é que estará estruturalmente diferente, não em discurso, não em intenções, não em planos, comissões e grupos de trabalho, mas no funcionamento real do Estado? É que, Sr. Primeiro-Ministro, este modelo de governação está esgotado, e está esgotado não por falta de tempo, mas por falta de transformação, por falta de uma visão de futuro. Assenta na gestão corrente, na resposta ao imediato, na criação sucessiva destas comissões, grupos de trabalho, planos e tudo o mais que se possa inventar, que raramente alteram o funcionamento real e estrutural do Estado. Vive do anúncio e da compensação, não da reforma e da prevenção.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, não consigo concluir outra coisa senão que o Sr. Primeiro-Ministro está mais preocupado em governar para dar resposta aos títulos dos jornais do que, propriamente, para preparar Portugal para os desafios do presente e do futuro, porque o modelo que promete mudança, que era o seu há dois anos,

entrega, única e exclusivamente, continuidade, e isso não é um modelo de futuro, é um modelo de desgaste, e o País já percebeu isso.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, pergunto-lhe diretamente. Na última vez que nos encontramos neste Plenário, o Sr. Primeiro-Ministro solicitou a colaboração da Iniciativa Liberal.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Na verdade, ano após ano, é exatamente isso que temos feito: temos apresentado uma visão de futuro, com firmeza e com coragem. Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, está disposto a admitir que o seu modelo está esgotado e está, ou não, disponível para preparar o futuro do País?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Mariana Leitão, reitero a nossa disponibilidade para o diálogo, mas começar o diálogo dizendo que o nosso modelo está esgotado...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — É de continuidade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e que temos de, no fundo, assumir o seu é, sinceramente, um diálogo que está muito condenado, parece-me a mim. Mas vamos, apesar de tudo, ponto a ponto, estabelecer as pontes em que podemos trocar os nossos pontos de vista e contribuir para as melhores soluções.

Sr.^a Deputada, sobre o SIRESP, a informação que tenho é que, finalmente, o relatório estará pronto. É verdade, eu também gostava de o ter recebido já no final do ano passado. É uma equipa técnica, teve as suas vicissitudes, está, aparentemente, finalizado o trabalho, e a nossa intenção é promovermos a reforma que se impõe para termos garantias de funcionamento em todas as circunstâncias.

Relativamente às alterações no âmbito da proteção civil e da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, fruto das circunstâncias políticas do ano passado — a realização de eleições — e fruto, também, de acontecimentos de grande dimensão no verão — com os incêndios e, agora, com as tempestades —, esse trabalho não está ainda concluído, e parece-me relativamente pacífico, direi, que possamos fazê-lo após a época de incêndios, portanto, a seguir ao verão. É esse o meu calendário, porque agora vamos focar-nos nesta área, precisamente na preparação e prevenção desse período.

Relativamente a continuidade e nomeações, creio que a Sr.^a Deputada não tem razão, mas teremos outro...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Marta Patrícia Silva** (IL): — Tem, tem!

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Rui Tavares, para um conjunto de perguntas do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, o pior serviço que poderíamos prestar ao País, aos nossos concidadãos, nesta hora, seja aos que estão nas galerias, aos quais saúdo, seja aos que nos estão a ouvir, seja, sobretudo, àqueles que perderam familiares, e a quem endereço as nossas condolências, seria transformar este debate político num debate de ataques e de desrespeito. Isso, da parte do Livre, nunca o terão.

Precisamos de um debate que una o País em torno de ideias concretas para ajudar as pessoas. Procurarei nestas intervenções falar, em primeiro lugar, da resposta, depois, da recuperação e, depois, da reconstrução para melhor.

Para gerir bem o nosso tempo, dir-lhe-ei que as boas práticas em termos de comunicação em catástrofes, que é absolutamente essencial, dizem que o chefe de Governo se deve dirigir ao País num máximo de, até, seis horas após o pico da catástrofe. O Sr. Primeiro-Ministro esperou demasiado tempo para se dirigir ao País, gostaria de saber qual é a razão.

O Sr. Ministro da Presidência diz que o Governo estava a aplicar um código de conduta em caso de catástrofes. Eu quero saber se há uma versão pública desse código que possa ser compartilhado connosco, para que possamos perceber se a ação do Governo foi compaginável com o que o próprio Governo tinha decidido.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Primeiro-Ministro, na altura do apagão, com o Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação, tivemos um diálogo em que percebemos que um sistema de envio de SMS (*short message service*) por sinal rádio — que está pronto, temos infraestruturas para o fazer — está dependente de burocracias, papéis e assinaturas. Já nos tinha feito falta na altura do apagão, fazia-nos falta agora. Porque é que não está implementado? A ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações) confirma que pode ser implementado, muitos países o têm. Porque é que Portugal não o tem?

Sr. Primeiro-Ministro, Portugal deve ter um canal de rádio pública de referência para casos de catástrofe. As pessoas ligam-se à rádio nestas situações, mas dizem que escutam a publicidade, os relatos de futebol e a música do costume, quando precisam de orientações práticas nas suas regiões do País. Porque é que esse canal não está designado, conforme o Livre o propôs?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Meu Deus!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Primeiro-Ministro, o Livre propôs uma comissão parlamentar de inquérito sobre os ensinamentos do apagão. O seu partido considerou que era extemporâneo, o Chega considerou que era um *fait-divers*.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — As tuas intervenções é que são um *fait-divers*!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Nunca é *fait-divers* preparar o País para situações de crise, nunca é *fait-divers* salvar vidas por antecipação.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não podemos aceitar que Portugal baixe os braços e ache que não termos uma cultura de prevenção é uma fatalidade — não é, Portugal pode criá-la.

Sr. Primeiro-Ministro, o Livre apresentará uma proposta para uma comissão eventual de acompanhamento em relação a esta catástrofe e quer ouvir da sua parte que o Governo apoiará esta proposta.

Aplausos do L.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Jorge teve 0,6 %! João Vieira!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, também não posso deixar de saudar a postura que evidenciou, do ponto de vista construtivo,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro, teve 0,6 %!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... em podermos aprofundar o debate relativamente a esta situação e relativamente à prevenção de futuras ocorrências. Deixe-me tentar responder às questões concretas que colocou.

Em primeiro lugar, é verdade, deve haver uma comunicação do Primeiro-Ministro em situações de catástrofe e houve. A catástrofe inicial, a depressão *Kristin*, atingiu Portugal entre as 3 e as 6 horas da manhã, teve o seu pico nesse período. Às oito e meia da manhã, eu ativei, com o Sr. Ministro da Presidência, a nossa célula interna de crise, de acordo com o tal manual de procedimentos que nós adotámos, que não é público por razões de segurança, por razões de compaginar uma série de elementos que carecem de reserva, mas foi ativada às oito e meia da manhã.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Uma versão pública!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Às nove e meia, eu emiti — acabou por ser difundido às 9 horas e 47 minutos, para ser mais específico — um primeiro comunicado, eu próprio, o Gabinete do Primeiro-Ministro. Depois, às 10 horas da manhã, o Sr. Ministro da Presidência estava no Parlamento, numa audição, e decalcou um pouco mais a informação que estava vertida, precisamente, nesse comunicado.

Cerca das 15 horas e 30 minutos, eu estava na Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil com a Ministra da Administração Interna, para um primeiro *briefing* com a direção e o comando operacional da Autoridade e também com o centro de coordenação operacional, que estava a funcionar ininterruptamente desde o dia anterior.

Portanto, Sr. Deputado, estamos sempre a tempo de poder afinar procedimentos e de poder, eventualmente, corrigir uma ou outra deficiência que seja detetada. Tenho sido acusado muitas vezes, e o Governo, de ter chegado tarde, de ter tido uma reação tardia, eu considero sinceramente essa crítica injusta e injustificada. Admito que pudesse ter sido mais de outra maneira, enfim... O comunicado foi aquilo que nos pareceu ser mais direto e com maior capacidade de difusão, e a ida à Proteção Civil de massificar, depois, e de ter, no fundo, uma oportunidade de falar ao País, como de resto aconteceu.

Sr. Deputado, eu estou disponível, e o Governo está disponível, para, precisamente no âmbito do PTRR, podermos interagir com todos os partidos políticos e, naturalmente, o Livre tem aí um papel também a desempenhar, para podermos aprimorar procedimentos face àquilo que aconteceu e, sobretudo, para podermos alinhar respostas que ainda não estão consolidadas, embora sejam já intenção do Governo.

Por exemplo, o Sr. Deputado falou de uma ligação rádio, resiliente, que possa ser ativada em momentos como este. É um dos pontos que nos parece que é passível de uma execução mais rápida e mais imediata. Já tínhamos ficado com essa convicção aquando do apagão e agora não temos dúvida nenhuma de que será, a par do robustecimento das nossas redes de comunicação e energia, uma diligência que tem de ser imediata.

Também já tive ocasião de referir aqui, posso reiterar, Sr. Deputado, que o Governo, logo nos primeiros dias, creio que até no primeiro ou segundo dia, após a ocorrência da primeira tempestade, decidiu, por intermédio do Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação, desencadear o procedimento para o levantamento do estado das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, nomeadamente, através de pontes e obras de arte e da sua análise.

Estendemos já o âmbito desse escrutínio também aos diques e, portanto, aos cursos de água. E também já decidimos — são procedimentos que estão em execução, já vinham de trás e estão agora a ser acelerados — dotar cada junta de freguesia com um gerador, um telefone SIRESP e uma ligação de comunicação por satélite.

São alguns dos exemplos de medidas concretas que podemos tomar para tornar o País mais resiliente e com uma capacidade de resposta mais rápida perante catástrofes como esta.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, quem avisou, amigo foi. O Livre fez o primeiro debate sobre estes temas ainda antes do apagão e, no Orçamento do Estado do ano passado, apresentámos

uma proposta sobre distribuição de *kits* de emergência, em cumprimento da estratégia europeia, precisamente, para estas situações. O PSD votou contra, o Chega votou contra.

Pergunto se entende agora que teria sido importante aprovar essa proposta, se entende agora e se apoiará,...

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

... quando a voltarmos a apresentar no próximo Orçamento do Estado, mesmo que venha a ser um Orçamento do Estado retificativo, o qual estamos dispostos a discutir.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

E quem avisa, amigo é, hoje, quando lhe diz que as medidas de recuperação são insuficientes, foram anunciadas antes do comboio de tempestades, já foram atualizadas agora e vão ser atualizadas de novo, e vão criar situações de injustiças, de rancores e de ressentimentos por abrangerem alguns concelhos e não outros.

Mas também não pode a decisão, depois, ser feita de forma arbitrária, como aqui foi dito. Tem de haver uma fórmula, para a qual estamos dispostos a contribuir, em que à proporção do rendimento, do território, da população, de um determinado concelho ou freguesia, esses possam ativar imediatamente medidas equivalentes à do estado de calamidade.

Pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, se está disposto a acompanhar essas medidas que o Livre apresentará amanhã.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, dispõe de 55 segundos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Tavares, não direi que o Governo está disposto a acompanhar, direi que os grupos parlamentares que apoiam o Governo estarão, seguramente, dispostos a analisar cada uma dessas propostas.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Anoto!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Há pouco não referi, e eu próprio creio que se justifica que possa haver uma comissão eventual para o acompanhamento da execução do PTRR e, portanto, muitas das medidas que nele possam ser integradas, incluindo vindas dos partidos políticos, relativamente a uma coisa que me parece muito importante e que o Sr. Deputado frisou: o alargamento de medidas de apoio tem de obedecer a um nexos de causalidade entre os danos que se pretendem reparar e ultrapassar e os eventos meteorológicos que estiveram na origem desses danos. Isso parece óbvio, e não podem ser, de facto, arbitrários, nem pode ser aqui um leilão, onde cada pessoa ou cada agente que, no fundo, levanta a sua voz a reivindicar, a seguir vão os partidos políticos todos, ou alguns, dar-lhes razão e trazer para o universo legislativo e normativo decisões que carecem de algum amadurecimento, de um sentido, não só de disponibilidade do País, mas, como disse, e muito bem, de justiça, de justiça relativa.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, a verdade é que, pela complexidade, pela transversalidade, pela abrangência desta catástrofe, nós não temos exemplos históricos no nosso País, nem as cheias de 1967, que foram geograficamente mais limitadas. Temos de ir séculos atrás para perceber uma catástrofe deste tipo.

E, neste momento, Portugal não precisa só de recuperação; precisa de reconstruir em melhor aquilo que tinha.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Tem razão!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Portugal precisa de ter, como disse o Sr. Presidente da Câmara de Leiria, um Plano Marshall para esta região do País. Isso não se coordena a partir de uma estrutura de missão. Tem de haver uma entidade que possa executar diretamente e que possa celebrar, com os municípios, contratos-programa que permitam que as visões dos autarcas, ainda agora eleitos aqueles municípios, sejam implementadas, que deem flexibilidade.

O Sr. **João Alves Ambrósio** (IL): — É isso, é isso!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ontem estivemos em Coimbra, com os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos, que salvaram pessoas e que precisam de ter uma atualização salarial porque estão a perder neste momento motoristas. Os municípios têm de poder fazer isso e têm de ter essa flexibilidade por parte do Governo.

O Livre proporá a criação de uma entidade que tenha mais tempo para trabalhar do que a estrutura de missão e que tenha capacidade de executar diretamente fundos, sejam eles europeus ou nacionais. Evidentemente, como já disse, podemos ter de pensar num orçamento retificativo para poder ter mais apoios agora.

Acima de tudo, Portugal precisa de um programa, que nós proporemos, «programa reconstruir melhor», que nos permita reconstruir de acordo com as adaptações e mitigações para a crise climática que estamos a viver.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, nós já sabíamos que estamos perante um Governo da propaganda, o que não sabíamos é do aproveitamento desse embalo da propaganda para alguma manobra e — permita-me a expressão, um bocadinho grosseira — alguma mentirola.

Perante isto, pergunto-lhe de forma direta: garante que os milhares de trabalhadores que enfrentam a situação nas zonas afetadas vão receber 100 % dos seus salários, como foi publicamente anunciado, ou vai dar o dito por não dito?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, como sabe, para ajuda às empresas e ao emprego tivemos várias medidas, e eu vou tentar simplificar rapidamente o objeto de cada uma: isenção da taxa social única, que se aplica à componente da empresa; acesso a uma majoração de 80 % no caso de *lay-off* simplificado, que acontece se o pedido for feito nos 30 dias subsequentes ao fim do estado de calamidade e funciona nos primeiros 60 dias desse *lay-off*; e um regime de incentivo financeiro extraordinário à manutenção dos postos de trabalho, que, Sr. Deputado, garante o rendimento a 100 % dos trabalhadores até ao limite de duas retribuições mínimas mensais garantidas.

É este o regime, creio que já foi publicado, e o Sr. Deputado não desconhecerá o seu conteúdo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, exatamente por causa da publicação do decreto é que lhe fiz a pergunta.

O Sr. Primeiro-Ministro disse aqui, e acredito, não tenho nenhuma dúvida sobre isso, que ativou todos os meios que o Estado tem ao dispor para enfrentar a tempestade. Ora, o facto de ter mobilizado todos os meios torna ainda mais evidente a falta de meios que o Estado tem para enfrentar uma situação destas, que é, de facto, excecional e de uma dimensão nunca vista e que torna evidente a dificuldade para responder rapidamente, ainda hoje, à falta de luz, à falta de água, à falta de comunicações, à reparação de habitações, com o que isso significa para milhares e milhares de pessoas.

Assim, pergunto-lhe: perante a manifesta falta de meios que o Estado tem e perante a incapacidade de dar resposta à urgência que se coloca, o Governo vai continuar a insistir neste processo de fazer ainda mais privatizações e vai continuar a insistir na sua senda de destruir e de terminar com mais estruturas e com mais serviços públicos, com todas as consequências que estão à vista?

Pergunto-lhe ainda: perante a falta de meios necessários para responder à devastação que aí está, o seu Governo vai continuar a entregar milhares e milhares de milhões de euros à banca, às telecomunicações, à energia, aos grandes grupos económicos, àqueles que fazem da doença um negócio, às parcerias público-privadas rodoviárias, à loucura da guerra, ou vai pegar nos meios todos que existem — e alguns ainda vão ter de ser criados — para responder à situação que o País enfrenta?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Raimundo, o Governo vai continuar a empenhar todo o seu trabalho com vista a aproveitar toda a capacidade instalada no setor público e toda a capacidade instalada no setor privado e no setor social. Por forma a quê? Por forma a responder da melhor maneira possível ao interesse das pessoas, ao interesse das famílias, ao interesse das empresas, ao interesse da comunidade.

Se numa determinada situação se justifica investimento público e, portanto, uma responsabilidade pública, o Governo decidirá nesse sentido, se, noutra situação, se pode estimular o setor privado a ir mais rápido, a ir mais depressa, a agilizar procedimentos e igualmente a prestar um serviço junto das pessoas, naturalmente que o Estado e o Governo estarão disponíveis para poder agilizar o respetivo procedimento.

Nós não temos nenhum preconceito ideológico quanto à titularidade de determinados serviços e mesmo de algumas infraestruturas — não todas, naturalmente — para podermos servir melhor as comunidades, para podermos servir melhor os cidadãos.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Quais? Quais?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Creio que isso, de resto, corresponde a muito daquilo que se faz um pouco por todo o mundo, independentemente de os regimes políticos estarem inspirados por uma vocação mais socialista, mais social-democrata, mais democrata-cristã ou até mais comunista.

Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.

Olhe, das últimas vezes que fui, por exemplo, ao Brasil aprendi mecanismos de parcerias público-privadas e, se os apresentasse aqui em Portugal, os senhores diriam que eu estava precisamente a ir para os braços da extrema-direita.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Eh!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não me consta que o Partido dos Trabalhadores do Brasil esteja nessa direção. Sr. Deputado, eu repito o nosso princípio. O nosso princípio é servir o cidadão, o nosso princípio é servir a comunidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, sugeria que poupasse à Assembleia — dado o pouco tempo que temos — estas considerações.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto não é a Coreia do Norte!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Por isso, faço-lhe uma pergunta na base daquilo que o senhor afirmou: quais são as infraestruturas que, na sua opinião, devem estar apenas nas mãos do Estado?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Há uma lei sobre isso!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Raimundo, nós teremos na órbita do Estado todas as infraestruturas que, estrategicamente, do ponto de vista do investimento e do ponto de vista do serviço que lhe está acometido, tenham o enquadramento que merece apenas a titularidade por parte do Estado.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Dê-me um exemplo, Sr. Primeiro-Ministro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, posso dizer-lhe que o serviço de abastecimento de água ou o serviço de abastecimento de energia elétrica não funcionam melhor se estiverem exclusivamente nas mãos apenas do Estado. Não funcionam, Sr. Deputado! Isso está mais do que comprovado.

Portanto, Sr. Deputado, nós não temos preconceito ideológico. Nós sabemos que há uma responsabilidade que o Estado tem: a de que o serviço não deixe de ser prestado. Essa, sim, é uma responsabilidade do Estado e isso deve ser exigido a todas as entidades públicas e também às entidades privadas, em particular àquelas que são concessionárias de serviços públicos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, muito obrigado e desculpe estar a abusar da figura, mas o Sr. Primeiro-Ministro disse que nem todas as infraestruturas devem estar nas mãos dos privados, e eu peço-lhe que me dê um exemplo, na sua opinião, de uma infraestrutura que deve estar apenas na mão do Estado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Raimundo, todas aquelas que, por razões de segurança, por razões de defesa, por razões de soberania,...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Mas diga-me uma, Sr. Primeiro-Ministro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... tiverem de estar na titularidade pública, por exemplo, ao nível da defesa.

Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe uma coisa. Tenho uma diferença enorme relativamente àquela que é a sua posição. O Sr. Deputado acha que servir o público, servir a pessoa, é exclusivo do Estado, mas eu não acho. Eu acho que servir a pessoa, servir a comunidade, deve ser o propósito de todas as entidades públicas e

privadas, e vou até dizer-lhe que, em muitos casos, a história mostra que os privados até prestam um melhor serviço público.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, pedi-lhe que me dissesse uma e o Sr. Primeiro-Ministro não foi capaz de dizer nem uma, pelo que, portanto, na sua opinião, é tudo para privatizar. Mas o tal Estado cheio de gorduras, o tal Estado que alguns dizem que falhou, esse Estado o que demonstrou foi que não tem instrumentos na mão.

Olhe, vou dizer-lhe assim, Sr. Primeiro-Ministro: as operadoras privadas de comunicações estão, até hoje, a travar o chamado *roaming* nacional que podia ajudar muito o problema que as pessoas enfrentam; foi preciso uma semana de negociações — uma semana! — para que a Brisa e outras empresas concessionárias abrissem quatro troços de autoestrada que, entretanto, já fecharam, e vamos ver para quem sobra os custos da reparação da A1; as seguradoras, em cima dos seus 3000 milhões de euros de lucros acumulados entre 2020 e 2024, estão sempre assentes nas entrelinhas para tentar sacudir o mais possível os seus compromissos; os trabalhadores na área da energia não são, na maioria, nem da REN (Redes Energéticas Nacionais) nem da EDP (Energias de Portugal). Sabe do que são, Sr. Primeiro-Ministro? Do tal *outsourcing*. Aquele *outsourcing* que o Sr. Primeiro-Ministro quer generalizar no seu, no vosso, pacote laboral que foi rejeitado e que apenas anima hoje PSD, Chega, Iniciativa Liberal, CDS, o patronato e o Governo. Esta é a realidade concreta e essa é a realidade da dificuldade de resposta.

A pergunta que lhe faço, mas já percebi pela resposta que não deu, é se nós vamos continuar a toque de caixa dos interesses dos grupos económicos ou se vamos enfrentar os desafios com os meios que se impõe que estejam nas mãos do Estado para responder ao problema. Já percebi a sua resposta.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — E percebeu a resposta sem o Sr. Primeiro-Ministro ter tempo para responder.

Risos.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, o Governo gere a catástrofe com uma gritante falta de empatia.

As famílias afetadas tiveram mesmo de ouvir o Sr. Ministro da Economia dizer que respondessem à emergência com o salário do mês passado. Um insulto a quem perdeu a casa.

Mais, o Governo garantiu aos trabalhadores que fossem para *lay-off* que não iriam ter perda salarial. Veio a lei e revelou-se a mentira. O Governo acha mesmo que os trabalhadores que perderam a casa devem ter uma perda salarial, o que é uma manifesta falta de empatia e de justiça social.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Sr. Primeiro-Ministro, ainda vai a tempo de recuar e é este o apelo que lhe deixo. Se não o fizer, certamente, a Assembleia da República tem a obrigação, em nome da solidariedade nacional, de o obrigar a honrar a palavra que o Estado português deu aos trabalhadores das regiões afetadas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, a única observação que faço à sua intervenção, que não foi propriamente uma questão, é dizer-lhe que não me parece um bom caminho quando

há uma espécie de competição ou de debate moral à volta de quem tem mais empatia neste tipo de acontecimentos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Deputado, vou partir do princípio de que todos nós temos igual sensibilidade, igual empatia, igual respeito pelo sofrimento, pelo drama, pela angústia de todas as pessoas que são afetadas, em particular aquelas que têm menos meios para poder enfrentar a situação. Creio que a todos nos move o mesmo princípio, o mesmo respeito. Eventualmente, temos ideias diferentes da maneira como podemos, depois, executar e consubstanciar estas nossas preocupações em ações concretas.

Portanto, Sr. Deputado, aos membros do Governo não falta empatia, ao Governo não falta capacidade de compreensão, de acompanhamento, de solidariedade, mas, como eu já tive a ocasião de dizer, não se nos pede apenas isso, pede-se-nos muito mais do que isso. Não se nos pede apenas que sejamos empáticos, que sejamos solidários, que sejamos compreensivos; pede-se ao Governo que seja consequente, que aja, que tome decisões, e é isso que estamos a fazer.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, a prática é o critério da verdade. O seu Governo quer mesmo cortar o salário aos trabalhadores das zonas afetadas,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ó meu Deus!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... e isso é um ato que fica no seu Governo.

Diz o Sr. Primeiro-Ministro que o Governo esteve no terreno desde a primeira hora, mas nós ficámos a saber que: a Sr.^a Ministra da Administração Interna esteve no centro de Lisboa a entregar espadas; o seu braço direito achou que era uma boa altura para explanar a sua veia cinematográfica e esteve aqui no Parlamento; o Comandante Nacional da Proteção Civil estava numa visita de estudo em Bruxelas; o Sr. Primeiro-Ministro falou que tinha uma célula montada no âmbito do COREGOV.

A pergunta que lhe faço é: o Ministro da Presidência, a Ministra da Administração Interna e o Comandante Nacional da Proteção Civil não faziam falta na coordenação, na execução e no terreno nas primeiras horas em que o medo e a incerteza se espalhavam em tantos concelhos do nosso País, Sr. Primeiro-Ministro?

Isto, certamente, mereceria uma avaliação crítica. O Governo falhou e é normal falhar. A grandeza está em reconhecer o erro e não, arrogantemente, insistir nele, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, é completamente falso, mas é mesmo completamente falso dizer que o Governo quer cortar salários ou permitirá cortar salários a trabalhadores que tenham sido atingidos na sua atividade profissional por força destes acontecimentos.

O Governo está precisamente a fazer o contrário, ou seja, o Governo está a colaborar com recursos públicos para que as empresas ou mesmo a Segurança Social, de forma direta, possam pagar salários e não falte rendimento que possa, de alguma maneira, ser uma atenuante e uma linha de recuperação para aqueles que estão a viver os dramas mais graves.

Sr. Deputado, dizer dessa forma assim tão genérica e tão simplista que estamos a cortar salários é manifestamente desenquadrado e eu não posso deixar passar isso em claro.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Ministro e os restantes Membros do Governo e quero deixar uma primeira palavra de solidariedade para com todos os que estão no terreno e que foram afetados.

Sr. Primeiro-Ministro, em relação aos apoios sociais — porque o Sr. Ministro já veio dizer que não estava disponível para alargar esses apoios a quem tivesse dívidas ao fisco —, parece-me que são as pessoas mais vulneráveis aquelas que precisamente são as mais afetadas e não têm capacidade para lidar, neste momento, com a reposição do valor que têm em dívida ao fisco e também com a receção dos apoios. Por isso, pergunto-lhe se está ou não disponível para ponderar ajudar estas famílias, ao invés de aplicar um critério absolutamente cego.

Por outro lado, quanto às alterações climáticas, sabemos que temos aqui partidos que as negam — acham que é uma agenda política ou, então, uma ideologia *woke*. No entanto, não deixam depois de estar nas redes sociais a extrapolar até os seus efeitos, fazendo vídeos em que faz de conta que está a chover. Mas acredito que o Sr. Ministro e o seu Governo tenham bem presentes as consequências devastadoras das alterações climáticas no território. Só que, desde 2022, existe no Orçamento do Estado a previsão da criação de um atlas de risco das alterações climáticas para o nosso País, que não saiu ainda do papel — nem o Governo do PS o tirou, nem o Governo da AD. Pergunto-lhe se está disponível para, em breve, termos um atlas climático que permita identificar as zonas de maior risco e, de uma vez por todas, investir nelas.

Houve uma dimensão em que falhou clamorosamente. Ouvimo-lo aqui, no anterior debate, dizer que estava disponível para ajudar as associações de proteção animal. Pois bem, o Sr. Ministro da Agricultura e Mar esquece frequentemente as associações de proteção animal, cujo apoio até agora foi zero. Tivemos ainda ontem o PSD a dizer que era precipitado estarmos a querer incluir ainda agora as associações de proteção animal. Isto foi dito ontem, pelo PSD, numa comissão da Assembleia da República.

Pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, se concorda que as associações de proteção animal têm de ficar de fora dos apoios, porque, até agora, não receberam um único cêntimo — nem vão receber, porque não está previsto —, ou se acha que, efetivamente, deve ser-lhes feito chegar este apoio, porque elas substituem-se ao papel que o Estado tem cumprido, já nem falando nos muitos voluntários que estão neste momento no terreno, em condições bastante precárias, como bem conhece, a ajudar animais, a ajudar pessoas, sem qualquer tipo de retorno pela ajuda que estão a prestar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, talvez comece só por, mais uma vez, deixar muito claro que este Governo não subestima nem as alterações climáticas, nem as suas consequências, ou os desafios que nos colocam agora e para o futuro e as responsabilidades que temos relativamente àqueles que estarão aqui a seguir a nós, as gerações vindouras.

Creio que a discussão que teremos a propósito do PTRR será uma boa forma de podermos integrar também essa preocupação à luz do princípio da recuperação, da resiliência e da transformação.

Quero secundar aquilo que foi dito há pouco numa outra intervenção: é que, de facto, não estamos apenas a retomar aquilo que existia antes; queremos aproveitar aquilo que vamos fazer, este programa de recuperação e resiliência, para transformar e para, no fundo, nos habilitarmos a estar mais preparados, no futuro, para todas as incidências das ameaças e dos riscos que vamos ter de enfrentar, neles enquadrando-se também as alterações climáticas.

Depois, Sr.^a Deputada, relativamente à aplicação de ajudas, nem todas têm o mesmo regime. Por exemplo, estou a lembrar-me que o regime que está direcionado para as pessoas que têm mais dificuldade, aquelas pessoas que estão em situação de carência ou que viram o seu rendimento diminuído, oscila, do ponto de vista individual, entre o valor de 1 indexante dos apoios sociais e 2 em termos de agregado familiar — *grosso modo*, quinhentos e qualquer coisa euros e mil e trinta euros, mais coisa, menos coisa, por mês. Já agora, queria dizer que houve uma confusão: não é por ano, é por mês.

Esse apoio não está sujeito a essa exigência, a esse requisito. Há outros apoios, nomeadamente a empresas que estão agora como estiveram no passado.

Talvez seja uma das inspirações que nos foi legada dos Governos do Partido Socialista, que vários partidos apoiaram, incluindo o partido da Sr.^a Deputada: foi precisamente a exigência de ter a situação contributiva e fiscal regularizada. As pessoas podem ter dívidas, mas têm de ter um plano de pagamento aprovado para poderem, eventualmente, estar em situação de receber o apoio do Estado para ultrapassar a sua situação.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, restantes governantes, o País ainda hoje não está refeito da tragédia que assolou várias zonas do território. Foram duas semanas marcadas por morte, destruição de habitações, colapso de redes elétricas e comunicações, perda de infraestruturas vegetais e elevados prejuízos agrícolas.

Estas cheias convocam o Governo, o País, este Parlamento e toda a sociedade a refletirem sobre as enormes fragilidades que estas tempestades tornaram bem evidentes.

Assim, questiono o Sr. Primeiro-Ministro em relação ao seguinte: apresentei esta semana uma proposta para a criação de um fundo de prevenção de catástrofes naturais, com inscrição obrigatória em futuros Orçamentos do Estado, pelo que gostaria de saber, da sua parte, se está disponível para acompanhar e viabilizar esta nossa proposta, esta nossa pretensão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Filipe Sousa, essa proposta em particular corresponde a uma proposta que o próprio Governo já enunciou. Não sei se é exatamente nos mesmos termos, porque confesso que ainda não tive a ocasião de ler a sua proposta em particular, mas será uma das dimensões do programa de transformação, recuperação e resiliência, ou seja, termos precisamente um fundo que possa estar disponível para acorrer a situações de calamidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Sousa, tem a palavra.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, peço desculpa a esta Casa, mas vou ter de inverter um pouco o assunto e vou questionar o Sr. Primeiro-Ministro sobre o tema da mobilidade aérea, que foi ontem amplamente discutido nesta Casa.

Ficou claro aquilo que é simples: o Estado falhou. Falhou na simplificação e trouxe confusão; falhou na justiça, porque criou, acima de tudo, desigualdade; falhou nas soluções e criou, acima de tudo, burocracia.

Entre silêncios e declarações infelizes, principalmente do seu líder parlamentar, percebemos a forma como o PSD e o Governo da AD tratam os madeirenses e os açorianos.

Por isso, coloco, de uma forma clara, duas questões ao Sr. Primeiro-Ministro. Por um lado, pergunto se está disposto a garantir que, na discussão em sede de especialidade, os portugueses das ilhas possam pagar apenas o valor da tarifa, sem adiantamentos e sem burocracia, ou se vai continuar a manter o modelo que discrimina. Por outro lado, gostaria de saber se concorda com as declarações do seu líder parlamentar, quando questionou se era justo que os impostos dos portugueses que trabalham pudessem continuar a subsidiar as viagens das pessoas da Madeira e dos Açores para o continente que não assegurem o cumprimento das dívidas fiscais com o Estado.

Pergunto-lhe...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Deputados, Sr. Deputado Filipe Sousa, é um assunto que eu creio que esteve na nossa agenda de diálogo e debate parlamentar desde a primeira vez que nos cruzámos aqui, portanto, não estranho que traga esse assunto a este debate.

Sr. Deputado, da minha parte e da parte do Governo, estaremos sempre em avaliação e em escrutínio perante o Parlamento — isso é indiscutível —, mas convivemos muito bem com uma avaliação que seja criteriosa e séria.

Não conheço um Governo que tenha olhado para esta questão da mobilidade com o mesmo destaque e a mesma consequência deste Governo e daquele que o antecedeu, também da mesma formação política. Sinceramente, foi com base em decisões deste Governo, ou do Governo que o antecedeu, que baixámos os preços. É com base naquilo que foi desenhado por este Governo e pelo Governo que o antecedeu que se está a criar um instrumento de facilitação da vida das pessoas, de maior celeridade, de maior facilidade para poderem ser efetivamente os destinatários do subsídio social de mobilidade.

Não desconhecemos que, pelo caminho, há algumas divergências. Pelo caminho, houve, e há ainda, questões a dirimir, e temos um diálogo aberto com as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, sempre com o princípio de responder às necessidades dos madeirenses, dos porto-santenses e dos açorianos, mas tendo, ao mesmo tempo, critérios para uma gestão transparente e equitativa e de justiça para todos os portugueses.

Portanto, Sr. Deputado, nós estaremos sempre do lado daqueles que se inscrevem nestes princípios; nunca estaremos do lado daqueles que só querem ver um lado...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Nuncio, tem a palavra para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e restantes membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, ouvi para aí as oposições criticarem a saída e a ausência da Ministra da Administração Interna. Srs. Deputados, o Ministro da Administração Interna está aqui! O Ministro da Administração Interna está presente!

Vozes do PS: — Ah!...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Como Primeiro-Ministro e depois como Ministro da Administração Interna, estive desde o primeiro momento ao lado das populações afetadas, liderou a resposta desde o primeiro momento...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mal!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... e continua a liderar a resposta neste momento relativamente às calamidades.

Srs. Deputados, três semanas depois das tempestades, não consta que tenha metido férias, como fez o Primeiro-Ministro António Costa uma semana depois do incêndio de Pedrógão, no qual morreram 66 pessoas.

Protestos do PS.

Tenham vergonha, Srs. Deputados do Partido Socialista! Tenham vergonha!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É mentira! Tu sabes que isso é mentira!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Permitam-me que faça um reconhecimento especial às nossas Forças Armadas, cujo papel tem sido distorcido por informação manifestamente enganadora.

Protestos do Deputado do PS Hugo Oliveira.

Se há instituição em Portugal que não vive de insinuações e que sabe bem o que é cumprir missões é a instituição militar. Haja respeito pelas Forças Armadas e pelos milhares de militares que estão hoje no terreno a apoiar as populações, porque os militares estão, desde o primeiro momento, onde sempre estiveram: ao lado dos portugueses. Ao lado dos portugueses, Srs. Deputados!

Sr. Primeiro-Ministro, a passagem destrutiva destas tempestades teve um impacto colossal no mundo rural, e o mundo rural é uma área de grande importância para o CDS.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

O Governo, ao contrário do que dizem as oposições, criou um regime de apoio aos mais de 6000 agricultores afetados por estas tempestades ao longo do tempo e criou uma estrutura de missão que já está no terreno, como já está no terreno, e bem, um sistema simplificado de acesso aos apoios. Acabaram-se os carimbos, acabaram-se as burocracias, e passámos a confiar na palavra dos agricultores para que os apoios cheguem rapidamente ao mundo rural.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Vá ao mundo rural conhecê-lo!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É uma mudança de paradigma, porque o essencial é mesmo fazer chegar os apoios ao mundo rural, prontamente e em força, para que, de facto, aqueles que precisam possam receber os apoios a tempo e horas.

Sr. Primeiro-Ministro, deixo-lhe três perguntas: de que nos serve o bom desempenho da economia portuguesa em 2024 e 2025 na resposta às calamidades que o País enfrenta? Que medidas tomou o Governo para apoiar os agricultores nas zonas de calamidade? Esses apoios já começaram a chegar ao terreno?

Finalmente, Sr. Primeiro-Ministro, há agricultores fora das zonas de calamidade que também sofreram prejuízos assinaláveis. Por isso, pergunto-lhe se o PTRR...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, para responder tem a palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, começo por lhe reiterar que, da minha parte, da parte de todos os membros do Governo, tentámos e vamos continuar a tentar gerir este período com sentido de equilíbrio, com sentido de justiça, com sentido de responsabilidade, estando no terreno quando é necessário estar no terreno e deixando aos operacionais que estão no terreno a liberdade e a faculdade de fazerem o trabalho que têm de fazer, quando essa liberdade e essa possibilidade têm de ser garantidas.

Não vamos aproveitar nunca catástrofes ou acontecimentos desta dimensão para qualquer tipo de exibicionismo, para andarmos a tentar mostrar que estamos a fazer coisas que verdadeiramente não estamos a fazer, ou que, pelo menos, não têm efeito ou o efeito que queremos que elas tenham. Foi assim que fizemos e é assim que vamos continuar a fazer, não obstante toda a demagogia que se faz à volta disso.

Sr. Deputado, sobre a agricultura, é uma das áreas em que os efeitos meteorológicos têm mais nefastas consequências, por razões óbvias.

O Governo foi para o terreno desde a primeira hora, com os seus agentes e com as suas equipas descentralizadas, tentar perceber qual era a dimensão e o alcance dos prejuízos. Neste momento, apontamos para cerca de 500 milhões de euros de prejuízos na agricultura, a que se somam mais 275 milhões de euros no setor florestal.

Com base nisso, abrimos candidaturas para apoios em todas as regiões; em todas as regiões, não apenas nas regiões afetadas diretamente pela depressão *Kristin*. Temos, neste momento, como disse inicialmente, já alocados 366 milhões de euros para fazer face às candidaturas validadas de ocorrências que prejudicaram as propriedades agrícolas e florestais.

Depois, Sr. Deputado, tivemos o apoio simplificado dos 10 000 € — creio que o Sr. Deputado conhece —, abrimos também de imediato o restabelecimento do potencial produtivo no PEPAP, (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum), com 40 milhões de euros para explorações com prejuízos superiores a 30 % e com uma taxa de apoio que pode chegar até aos 100 %.

Tivemos apoios extraordinários à pecuária e à apicultura. Tivemos, já agora, também apoios extraordinários para a pesca e para a aquacultura, que são também áreas de que não nos esquecemos, e já solicitámos à União Europeia a ativação, pela primeira vez, da reserva agrícola de crise.

Portanto, Sr. Deputado, estamos no terreno, e foi precisamente no terreno que tivemos a visita do Comissário Europeu da Agricultura no passado dia 17 de fevereiro.

O Sr. Deputado pergunta se, para além das zonas afetadas mais diretamente, as outras estão englobadas e já respondi, mas o Sr. Deputado coloca uma outra questão que é, de facto, muito pertinente. É que, pelo desempenho económico e orçamental que tivemos, quer em 2024 quer em 2025, também criámos resiliência económica e financeira para podermos dizer às pessoas que estamos em condições de ter apoios extraordinários, de ter um volume de investimento que não estava inicialmente previsto e, ao mesmo tempo, pugnar por finanças públicas equilibradas.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Estou convencido de que podemos ter este plano e compaginar isto com finanças públicas equilibradas. E se algum dia isso significar pequenos défices, serão, ainda assim, finanças públicas equilibradas à luz das nossas responsabilidades relativamente à Europa e aos nossos parceiros.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, pedia o auxílio da Mesa para distribuição de notícia que prova que, no dia 17 de junho de 2017, o Dr. António Costa estava em Lisboa e, no dia seguinte, estava na Câmara Municipal de Pedrógão Grande.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Uma semana depois de acontecer o incêndio!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É mentira!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É mentira?!

O Sr. **Presidente**: — Mas que notícia? Vai-me fazer chegar?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Protestos do PSD, do CH e do CDS-PP.

O Sr. Deputado fará chegar à Mesa para que seja mesmo uma interpelação.

Continuação de protestos do PSD, do CH e do CDS-PP.

Vai fazer chegar, espero.

Se não chegar, não foi uma interpelação.

Continuação de protestos do PSD, do CH e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ele faz sempre isto!

O Sr. **Presidente**: — Mas vai chegar, com certeza, tenho de partir da boa-fé e lealdade do Sr. Deputado e, chegando, transmiti-la-ei.

Continuação de protestos do PSD, do CH e do CDS-PP.

Sr. Deputado Hugo Soares, do PSD, tem a palavra para o último conjunto de perguntas ao Governo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, permita-me que a primeira palavra deste Grupo Parlamentar seja de profundo reconhecimento para os presidentes de câmara municipal, para os presidentes de junta de freguesia, para a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, para a Agência Portuguesa do Ambiente, para o IPMA, para as Forças Armadas, designadamente o Exército e a Marinha, para as corporações de bombeiros, para as forças e serviços de segurança e para o Serviço Nacional de Saúde que, perante uma calamidade como aquela a que assistimos, esteve à altura, mais uma vez, dos designios que os portugueses esperavam que tivesse.

Aplausos do PSD.

Estes serviços, Sr. Primeiro-Ministro, estas autoridades, estas agências, estes organismos são o Estado. São o Estado, que não falhou às pessoas e a quem os portugueses estão reconhecidos por terem respondido de forma rápida, pronta e eficaz, perante as necessidades das portuguesas e dos portugueses.

Aplausos do PSD.

É justo que aqui lhes prestemos a nossa homenagem.

Muitos dirão que não fizeram mais do que a sua obrigação, é certo, mas cada vez que falham, cada vez que alguma coisa não corre bem — e nem sempre tudo corre bem —, somos os primeiros, quando estamos na oposição, a apontar o dedo, a apontar a pequena falha,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pequena falha?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... a apontar a omissão. É justo que se faça este reconhecimento a um Estado que não falhou efetivamente.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Que falta de noção!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E não é, Sr. Deputado José Luís Carneiro, por repetir uma, duas, três, quatro, cinco, seis vezes que o Estado falhou, que o Governo falhou, que a mentira passa a ser verdade.

Protestos do Deputado do PS José Luís Carneiro.

Estas pessoas que aqui estão, que nos estão a ouvir e que ainda hoje estão no terreno, sabem que o Estado não falhou. Mas quem também sabe que o Governo não falhou, vou-lhe dizer quem é, Sr. Deputado José Luís Carneiro: «Coimbra só tem uma palavra a dizer: muito obrigada»,...

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — E Leiria?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... diz a Presidente da Câmara de Coimbra, que salientou a presença do Governo, do Exército e da Marinha. Convém que o Sr. Deputado José Luís Carneiro fale com os seus autarcas, que sabem reconhecer a presença, desde o início, do Governo nesta calamidade.

Aplausos do PSD.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — E Leiria?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, voltarei a si, Sr. Deputado José Luís Carneiro, mas deixe-me dizer apenas que hoje, neste debate, ouvi algo que nunca julguei poder ouvir.

O Sr. Deputado André Ventura...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Toma um *Xanax* para te acalmares!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Se fosse como o Sr. Deputado André Ventura, diria «que triste exemplo que estão a dar», mas não sou.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual? Qual?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não sou mesmo, de facto, não sou. Estou muito longe disso!

O Sr. Deputado André Ventura disse hoje ao Governo e ao País, apontando o dedo ao Primeiro-Ministro, que acusava o Governo de ser responsável pela morte de pessoas que estavam a reparar os seus telhados.

Quero dizer, Sr. Deputado André Ventura, que isto é de uma gravidade absoluta e extrema,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ou és de compreensão lenta ou és manipulador!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... mas é, sobretudo, uma grande falta de compaixão e solidariedade para com as famílias que pereceram nessas circunstâncias e que, ao ouvir isso, devem certamente ter olhado para si e ter dito, «como é que é possível levar ao Parlamento uma acusação como esta a um Governo?»

É bem verdade aquilo que disse o Sr. Primeiro-Ministro: ainda bem que o povo não lhe deposita a confiança de governar,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vai dizer isso para o Algarve!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... porque quem usa o sofrimento das pessoas não está preparado para exercer cargos executivos!

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Mentiroso! És mentiroso!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, aquilo que nos separa é muito simples.

É que...

Protestos de Deputados do CH.

Vozes do PSD: — Baixinho, baixinho!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mete os Deputados da Madeira e dos Açores a falar!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É que, Sr. Presidente, enquanto nós, todos nós, as entidades que referi, o Governo de Portugal, os cidadãos, os voluntários enfrentavam a tempestade, o Deputado André Ventura aumentava a tempestade com chuva falsa nos vídeos de *TikTok* para se aproveitar do sofrimento das pessoas! É isto que nos separa, Sr. Deputado!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vai para a tribuna!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Éramos incapazes, incapazes, Sr. Deputado! É verdade.

Protestos de Deputados do CH e contraprotestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, vamos continuar. Sr. Deputado, faça favor.

Continuação de protestos de Deputados do CH e contraprotestos de Deputados do PSD.

Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sabe, Sr. Deputado André Ventura? É que enquanto as pessoas entravam a chuva que era real, que era séria, chovia dentro de casa das pessoas, o Sr. Deputado aumentava artificialmente a chuva no seu *TikTok* para as pessoas terem pena de si, quando devíamos estar todos solidários com aqueles que sofriam! É uma vergonha!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fala também do Havai!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Oiça bem, é uma vergonha! Só que, sabe? Nas redes sociais não há contraditório, mas aqui há.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Só tens é tamanho!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E, já agora, a propósito das redes sociais, Sr. Presidente e Sr. Primeiro-Ministro, permitam-me dizer o seguinte: o Sr. Primeiro-Ministro, durante a sua intervenção, falou nos mais de 40 000 empenhamentos das forças armadas no terreno a acorrer à população. Queria aqui fazer este reparo, porque creio que ele é justo e que ninguém me levará a mal. Acabei de ser confrontado com uma notícia nas redes sociais onde se pode ler algo do género: «Primeiro-Ministro fala nos mais de 40 000 empenhamentos, mas a verdade é que só havia 2000 e tal militares no terreno».

É bom que a comunicação e os seus jornalistas não ajudem à desinformação...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ora, pudera!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... e saibam diferenciar aquilo que são empenhamentos, a ação dos militares, do número de militares no terreno! É isso que também fomenta o populismo deste lado!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Deve ser assim, deve!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Deputado José Luís Carneiro foi muito afoito em dizer que... Vou citar para não me enganar...

Pausa.

Disse o Deputado José Luís Carneiro, e voltou hoje a repetir, «o Governo respondeu tarde e a más horas aos impactos do mau tempo no País.»

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — É urgência!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Sr. Primeiro-Ministro já teve ocasião de discutir com o Sr. Deputado hoje as circunstâncias em que o Governo atuou e como atuou. E eu sei, Sr. Deputado José Luís Carneiro...

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Urgência!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eu sei que o Sr. Deputado José Luís Carneiro fica muito melindrado quando crítico a sua atuação política, mas é da vida, é do combate político, e o Sr. Deputado José Luís Carneiro não está acima do combate político nem isento de críticas.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Nem abaixo!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sei que o Sr. Deputado José Luís Carneiro — quase que detesta, diria — quando olho para si e lhe digo que o senhor é o grande responsável pelo caos da imigração em Portugal porque foi pela sua mão que o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) se extinguiu.

Protestos do PS.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas vou-lhe dizer mais: o Sr. Deputado José Luís Carneiro...

Vozes do PS: — É mentira!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Srs. Deputados, não é mentira. Eu sei que foi o ministro Eduardo Cabrita que começou, mas foi o Dr. José Luís Carneiro que terminou! Tenham lá calma!

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Sr. Deputado, para lá de ser responsável pelo caos da imigração, devo dizer-lhe que, do ponto de vista da proteção civil e dos mecanismos de resposta, também não foi um bom ministro da administração interna.

E o Sr. Deputado José Luís Carneiro perguntar-se-á: mas porquê? Vou-lhe dizer, Sr. Deputado.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Perguntar a quem?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Olhe, o Sr. Deputado era Ministro da Administração Interna no grande incêndio da Serra da Estrela, recordar-se-á. Vou-lhe dizer: o grande incêndio da Serra da Estrela, vejam bem, teve início a 6 de agosto de 2022. A situação de calamidade,...

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Qual calamidade?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... que tanto proclamou, hoje e agora, neste cenário de intempérie, sabem quando é que foi decretada? Vou-lhes dizer. O senhor, o seu governo, decretou a calamidade 23 dias depois do início do incêndio, 23 dias depois do início do incêndio!

Vozes do PS: — Não é verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E devo-lhe dizer que a portaria, as medidas aprovadas para fazer face aos constrangimentos das pessoas, foram 52 dias depois. Ó Sr. Deputado, levante-se e agradeça ao Governo que, em 15 dias, pôs dinheiro no bolso das portuguesas e dos portugueses! Em 15 dias, Sr. Deputado, 15 dias!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Tenham vergonha!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É, de facto, uma diferença abismal. Mas faço-lhe justiça: não fez o Governo mais do que a sua obrigação; se os senhores não faziam porque não sabiam ou eram incompetentes,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Falta de meios!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... não interessa, porque agora há um Governo que resolve. Sr. Primeiro-Ministro, o País tem ainda...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O que já estava feito!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, volto-lhe a repetir: faz-me lembrar aqueles tempos em que gritava, «somos muitos, Sr. Primeiro-Ministro, somos muitos!».

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — E eramos mais do que tu!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Já não são! Tenha lá calma, já não são! Os portugueses já o avaliaram, os portugueses já o julgaram!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Passou para metade! Passou para metade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Encurtou, encurtou um bocadinho.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Falas, falas! Tens maioria absoluta?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, a verdade é que o País estava e está a transformar-se; o País está e estava a crescer acima da média europeia. É verdade que os rendimentos dos portugueses têm vindo a aumentar e que se têm feito grandes transformações em várias áreas da governação.

Estamos perante um cenário que vai exigir muito das Suas Excelências, dos Srs. Ministros, das Sr.^{as} Ministras. É um cenário que convoca todos. Convoca evidentemente o Governo na liderança política, convoca evidentemente todos os parceiros sociais e convoca, como o Sr. Primeiro-Ministro já teve ocasião de aqui dizer,

os partidos da oposição, com os contributos para o programa Portugal, Transformação, Recuperação e Resiliência.

Devo dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que, da parte do Grupo Parlamentar do PSD, nós, no PSD, daremos o pontapé de saída para que no Parlamento, eventualmente com uma comissão eventual — passo a redundância —, possamos fazer esse acompanhamento. Esperamos que os partidos da oposição, como hoje aqui também o Deputado José Luís Carneiro e outros Deputados de outros partidos fizeram, possam trazer as suas propostas e os seus contributos para cima da mesa.

É importante convocar todos os portugueses, sem demagogias e sem populismos.

Risos do Deputado do PS António Mendonça Mendes.

Devo confessar que me custa, quando ouço o Deputado José Luís Carneiro dizer que apresentou ao Governo e ao País umas dezenas largas de propostas, e depois, quando confrontado, não é capaz dizer quanto custa.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ah!...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E também me custa ouvir o Deputado José Luís Carneiro dizer isto e depois dizer que o Governo tem de fazer tudo, mas tem de manter a disciplina orçamental. É a verdadeira quadratura do círculo, Sr. Ministro das Finanças e do Estado, que tem entre as mãos.

Vozes do PSD: — É verdade, é isso mesmo!

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas quero dizer, Sr. Primeiro-Ministro, que em primeiro lugar têm de estar as pessoas. E eu queria que o Sr. Primeiro-Ministro pudesse hoje explanar ainda mais aquela que é a visão do Governo para esse programa de transformação, resiliência e recuperação de Portugal e voltar-lhe a afirmar a disponibilidade desta bancada para acompanhar o Governo e os portugueses naquilo que é preciso fazer.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Vais longe, vais!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então e os Deputados da Madeira e dos Açores?!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, faça favor, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Hugo Soares, queria começar por corroborar as palavras de reconhecimento e gratidão que o Sr. Deputado dirigiu a todos aqueles que estão há muitos dias no terreno,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sem condições!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... muitos deles privando-se de tempos de descanso, privando-se de fins de semana, privando-se de muita daquela que é a sua própria dinâmica pessoal e familiar, para poder cumprir de forma mais rápida, de forma mais eficiente,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Com ordenados miseráveis!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... o desígnio que é um desígnio de todos nós: darmos esperança, conforto e recuperação àqueles que foram os mais afetados pelas intempéries que assolaram o País nas últimas semanas.

O Sr. Deputado enumerou um conjunto significativo de serviços. Não vou tornar a fazê-lo, mas quero aqui dizer que, para além desses, dos serviços públicos, que têm obviamente uma responsabilidade imediata que emana da sua própria função, da sua própria natureza, houve muitas outras entidades, nomeadamente do setor social e do setor privado, que colaboraram, de forma absolutamente incrível,...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... para que os trabalhos de remoção pudessem começar, e começar muito cedo. Eu posso partilhar, por exemplo, a circunstância de ter viajado para Leiria, Ansião e Coimbra, logo no dia 29 de janeiro.

É verdade que já tinha o relato dos três secretários de Estado que tinham estado no território afetado na véspera, no primeiro dia, mas eu próprio, depois da realização do Conselho de Ministros nesse dia, estive em Leiria, em Ansião e em Coimbra, e pude comprovar não só a dimensão, o impacto, como o trabalho de desobstrução que já tinha sido feito nas vias de comunicação. Eu acho que quem não passou por lá — evidentemente que as pessoas não são obrigadas, muito pelo contrário, a passar por lá, tirando aqueles que têm especiais responsabilidades, como é o nosso caso, em determinadas circunstâncias e não perturbando as operações no terreno —, quem não vive lá, quem não esteve no epicentro daquele fenómeno, nunca terá verdadeiramente a dimensão, e mesmo nós, que fomos nos dias seguintes, não teremos a dimensão daqueles que vivenciaram aqueles momentos, a quantidade de árvores que esteve depositada na autoestrada n.º 1, nas estradas nacionais, municipais, que foram removidas nas primeiras horas! Eu, nesse dia, já viajei nas autoestradas sem necessidade de ir por percursos alternativos, porque já uma quantidade enorme de equipas tinha desobstruído as vias principais.

Esses trabalhos foram, de facto, trabalhos notáveis, mas muitos deles foram executados por pessoas que se aproximaram daquela zona por iniciativa própria e por empresas e empresários que colocaram as suas equipas naqueles territórios — aqueles que já lá estavam e outros que vieram de outros territórios —, de uma forma solidária que eu não posso deixar aqui de reconhecer, de enaltecer enquanto elemento de solidariedade mais profundo, que é, de facto, uma característica do povo português.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

O mesmo se diga de equipas — já não vou àquelas da segurança social, dos serviços de saúde, enfim, da conservação da natureza, dos sapadores florestais, todos esses que têm essa responsabilidade direta —, mas tantas instituições sociais, tantos cidadãos que se aproximaram daquelas zonas e que foram fazer o trabalho de comunicação que estava inviabilizado, porque muitas estradas estavam cortadas, as comunicações por rede móvel não funcionavam e muitos não tinham mesmo energia elétrica.

Foram muitos guardas da GNR, da Guarda Nacional Republicana; foram muitos agentes da PSP; foram alguns militares e depois muitos milhares de militares a seguir; foram membros das assembleias e das juntas de freguesia, que mostraram, de facto, que esta nossa rede tem virtualidades e que deve ser aproveitada e estimulada no futuro; foram organizações da sociedade civil; foi um conjunto de pessoas, de facto, que acabaram por ser verdadeiros heróis, porque, por iniciativa própria, foram colmatar aquela que todos aqui dizem que foi a falha: uns dizem que foi uma falha clamorosa do Estado, outros dirão que foi uma falha subjacente, inerente à tipicidade deste fenómeno, à imprevisibilidade deste fenómeno e, sobretudo, às consequências que ele trouxe, porque desafio quem quer que seja a poder dizer que tinha antecipado que aquela torre de alta tensão, aquele poste de média tensão, ou mesmo o poste de baixa tensão, ia cair naquela noite e naquele episódio, naquele sítio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Aquele sítio poderia ser no meio de uma cidade, como foi, desde logo em Leiria, mas não só; poderia ser no meio de uma vila, de uma aldeia, de uma localidade; ou poderia ser no meio da serra, onde só para lá chegar talvez ainda hoje seja particularmente difícil.

Não sei se há Deputados — há aqui, com certeza, muitos que são eleitos por aquela região — que estiveram em sítios onde a quantidade de fios, de postes, acumulados com árvores, com entulho por cima. Era de tal maneira que parece impossível como é que no dia seguinte já havia luz naquela estrada, naquela rua, naquela povoação.

Isto não quer dizer, Sr. Deputado Hugo Soares, que correu tudo bem. Aqueles que se apressam a dizer: «mas o Primeiro-Ministro é um insensível», alguns até se não dizem, pensam: «é um irresponsável, não tem noção», desconhecem que dizer, como eu digo — e digo-o com o orgulho de ser português, em primeiro lugar, e o orgulho também de ser Primeiro-Ministro —, que aqueles que ignoram o esforço que as pessoas fizeram, que as organizações públicas, privadas e sociais fizeram e que transformam isso na consideração de que correu tudo bem, de facto, não valorizam o esforço, não valorizam o mérito, não valorizam a solidariedade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Estamos a falar, é verdade, Sr. Deputado, de fenómenos meteorológicos naturais, não estamos a falar de nenhum fenómeno artificial. E deixe-me também dizer, corroborando, que eu não sabia que existia essa polémica. Eu fui particularmente criterioso e rigoroso quando falei nos 48 000 empenhamentos de militares das Forças Armadas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Atuais!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu não disse que eram 48 000 militares, eu disse que eram 48 000 empenhamentos de militares que operacionalizaram as respetivas ações de proteção civil...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sim, já disse isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e o montante que me foi transmitido corresponde a mais do que os empenhamentos de militares em ações de proteção civil nos cinco anos anteriores. Sinceramente, a informação que me foi transmitida e que creio ser fidedigna, porque vem das Forças Armadas, dá uma ideia da dimensão da catástrofe e também da dimensão do empenhamento.

Portanto, Sr. Deputado Hugo Soares, sei que nestas alturas o debate político muitas vezes resvala, para que, no fundo, se simplifique a linguagem utilizando chavões, que muitos tenham os seus processos de análise muito influenciados por aquilo que estão a pensar não para as populações, mas para as eleições. Mas nós estamos no Governo e no Governo nem são chavões nem eleições a nossa preocupação.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual é a vossa preocupação?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A nossa preocupação são soluções. Soluções.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E essas, Sr. Deputado, essas foram tomadas nas primeiras 24 horas. Eu sujeito-me, é minha obrigação, com certeza, ao escrutínio, à análise, mas instituiu-se por repetição que o Governo tinha chegado tarde,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E é verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... que o Governo tinha desvalorizado, que as ajudas não estavam a chegar à vida das pessoas. Ó Sr. Deputado, Hugo Soares, talvez não tenha corrido tudo bem, com certeza.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Algum dia vai haver uma catástrofe em que corra tudo bem? Isso, em bom rigor, é mesmo uma contradição, a catástrofe traz sempre coisas que não correm bem, porque senão não seria catástrofe. Evidentemente que a catástrofe, a imprevisibilidade, não há ninguém que a consiga antecipar totalmente, nem há ninguém que a consiga evitar, no caso da natureza e com este impacto.

O que é que se pode fazer? Podem-se criar mecanismos de apoio rápido, de emergência e pode-se, naturalmente, ter um dispositivo preparado para ser rápido a assistir aqueles que estão numa situação de emergência. E foi isso que foi feito. Isso foi feito no âmbito da proteção civil, isso foi feito no âmbito dos municípios.

Hoje não quis propositadamente estar aqui a enfatizar muito isso e propositadamente, porque achei, naturalmente —, se calhar, mal —, que todas as bancadas o fariam, algumas fizeram, os autarcas de todos os partidos. E vejo isto sem partidarite nenhuma. Nenhuma. *Risos de Deputados do PS.*

Não se riam, Srs. Deputados. Fica-vos mal rirem-se. Fica-vos mal rirem-se.

Protestos do PS.

Eu vou repetir.

Vozes do PS: — Não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu vou repetir: sem partidarite nenhuma. Sem partidarite nenhuma.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sem partidarite nenhuma. Sem partidarite nenhuma, Srs. Deputados! E aqueles, Srs. Deputados, que sorriem quando digo isto, é porque, de facto, estão atingidos por uma partidarite aguda, que deviam curar para poderem representar bem o interesse do País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do PS e do Deputado do L Rui Tavares.

E é precisamente com esse espírito, Sr. Deputado, que nós encaramos este PTRR, este programa que é de recuperação e resiliência, portanto, muito concentrado em ultrapassarmos esta situação e prepararmos situações análogas, mas que é também um programa de transformação, porque nós não temos meios ilimitados.

Nós temos saldos orçamentais com *superavit*, é um facto; se for o caso, estamos preparados financeiramente para podermos ser financiados a boas taxas de juro, para não onerarmos as famílias e as empresas, isso é um facto e decorre da estabilidade económica e orçamental dos últimos anos. Mas, Sr. Deputado, as coisas têm custos, os financiamentos têm de ser pagos. Nós temos de gerir bem aquilo que é de todos.

Portanto, Sr. Deputado, isto agora não pode ser um leilão para dizer que sim a tudo. Isto tem de ser um exercício maduro, um exercício de responsabilidade, um exercício de visão de futuro, para transformarmos o País e sairmos daqui melhores, sairmos daqui mais capacitados para enfrentar estas adversidades, mas também para termos uma economia forte, mas também para podermos criar mais riqueza, mas também para podermos ter as nossas famílias, os nossos jovens, aqueles que estão na vida ativa, com melhores salários, para poderem acreditar no futuro de Portugal, porque só criando mais riqueza, só sendo mais competitivos e mais produtivos é que nós teremos meios também para sermos mais resilientes, também para executarmos este plano.

É nisso que nós estamos concentrados. E é nisso que nós queremos ouvir todos os partidos políticos, queremos ouvir Sua Excelência o Sr. Presidente da República que está em funções, o Sr. Presidente da República que foi eleito e vai ser empossado, os parceiros sociais, a academia, todos aqueles que podem aportar

aqui o seu contributo, o seu conhecimento, a sua experiência. Todos são bem-vindos e todos são precisos para reerguer Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado José Luís Carneiro pede a palavra para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **José Luís Carneiro (PS)**: — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa, por favor.

O Sr. **Presidente**: — Para?

O Sr. **José Luís Carneiro (PS)**: — Para pedir um favor à Mesa, Sr. Presidente. Para pedir que a Mesa faça...

Protestos de Deputados do PSD

Gostava que a Mesa pudesse fazer o favor de distribuir aos Srs. Deputados a declaração de alerta, a declaração de contingência e a declaração de calamidade, por altura da Serra da Estrela.

E mais, Sr. Presidente, quero também declarar aos Srs. Deputados que...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não compete à Mesa...

O Sr. **José Luís Carneiro (PS)**: — ... a reunião que a União Europeia fez...

Continuação de protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado...

O Sr. **Paulo Nuncio (CDS-PP)**: — Corte o microfone!

O Sr. **José Luís Carneiro (PS)**: — Eu entregarei os documentos, Sr. Presidente, à Mesa, para que possam ser entregues aos Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

O Sr. **José Luís Carneiro (PS)**: — Eu pedia, Sr. Presidente, que pudessem ouvir aquilo que eu entregarei à Mesa.

Protestos de Deputados do PSD.

Entregarei à Mesa, Sr. Presidente, a declaração de alerta, a declaração de contingência, a declaração de calamidade...

O Sr. **Paulo Nuncio (CDS-PP)**: — Não é uma interpelação!

O Sr. **Pedro Pinto (CH)**: — É cortar o microfone!

O Sr. **José Luís Carneiro (PS)**: — ... e a reunião dos países da União Europeia em Portugal para, pela primeira vez, antecipar e reforçar meios no combate aos incêndios florestais.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente**: — Estão terminados os nossos trabalhos. Agradeço a presença do Governo e do Sr. Primeiro-Ministro.

Dou nota de que amanhã a nossa sessão começa às 9 horas e a ordem do dia encontra-se devidamente distribuída e disponível para consulta nos suportes institucionais da Assembleia da República.

Boa tarde a todos e bom descanso.

Eram 17 horas e 31 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.